

UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA

# Edital 28/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
28/2025	158658-UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	CRISTIAN FABIO TYMUS	29/10/2025 14:18 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		23422.002695/2025-65

## 1. DO OBJETO

# PREGÃO ELETRÔNICO

90025/2025

## CONTRATANTE (UASG)

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (158658)

## OBJETO

Contratação de serviços contínuos de Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para os itens 1 e 2 e por demanda para o item 3, mediante sistema de registro de preços - SRP

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 455.139,24 (Quatrocentos e cinquenta e cinco mil, cento e trinta e nove reais e vinte e quatro centavos)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 17/11/2025 às 09h:01m (horário de Brasília)

## Critério de Julgamento:

**menor preço por por grupo**

## Modo de disputa:

**Aberto e fechado**

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

**SIM**

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

**NÃO**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90025/2025.**

(Processo Administrativo nº 23422.002695/2025-65)

Torna-se público que a **Universidade Federal da Integração Latino-Americana**, por meio do **Departamento de Licitações - DELIC**, sediada **Avenida Tarquínio Joslin dos Santos, 1000 - Polo Universitário CEP: 85870-650 - Foz do Iguaçu - Paraná**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### **DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é **contratação de serviços contínuos de Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para os itens 1 e 2 e por demanda para o item 3, mediante sistema de registro de preços - SRP** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será realizada em grupo único, formado por 3 (três). itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.*

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

*3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.7 Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. *sociedades cooperativas;*

3.7.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.5 e 3.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.5 e 3.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

*4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

*5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrito como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *valor unitário e total do item;*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

*6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.*

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

*6.15. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.*

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento)*.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



7.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.17.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2. empresas brasileiras;

7.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

**8.7.1. [Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 - PR000753/2025, conforme indicano no item 9.3 do Termo de Referência];**

8.8. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a executabilidade da proposta.

8.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.13.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de executabilidade;

8.13.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a executabilidade da proposta.

8.13.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

8.16.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

8.16.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

8.16.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

8.16.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.17. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

8.18. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.19. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.20. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.21. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio de sítios oficiais na web, desde que passíveis de conferência/autenticação.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 4 (quatro), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 4 (quatro) horas, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

*10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

*10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

*10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

*10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7. 1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

10.8.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024.

10.9. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:



12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://documentos.unila.edu.br/licitacoes>.

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.7.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.7.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua

motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguinte endereço de correio eletrônico: **licitacao@unila.edu.br**.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://documentos.unila.edu.br/licitacoes>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Proposta de Preços;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3 Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.4. Anexo V – Declaração de Responsabilidade pelo enquadramento sindical;

16.11.5. Anexo VI – Instrução Normativa nº 01/2024 PROAGI/UNILA;

Foz do Iguaçu, 29 de Outubro de 2025.

**DIOGO ANDRÉ BASTIAN**  
**Pró-Reitor de Administração, Gestão e Infraestrutura**

## **17. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CRISTIAN FABIO TYMUS**

Pregoeiro

## **ALAN SILVA DE MORAIS**

Agente de contratação

UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA

Termo de Referência 189/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
189/2025	158658-UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	KARLA GHELLERE RODRIGUEZ	08/10/2025 21:31 (v 0.11)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	12/2025	23422.002695/2025-

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23422.002695/2025-65)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços contínuos de Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para os itens 1 e 2 e por demanda para o item 3, mediante sistema de registro de preços - SRP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	1	Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - 20 horas (diurno)	12637	Posto/Mês	2	R\$ 8.503,45	R\$ 17.006,89	R\$ 204.082,70
	2	Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - 20 horas (noturno)	12637	Posto/Mês	2	R\$ 9.252,81	R\$ 18.505,61	R\$ 222.067,34
	3	Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - serviços por demanda	12637	Horas	300	R\$ 96,63	-----	R\$ 28.989,02
	TOTAL							R\$ 455.139,06

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) **dia indicado no contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, nos mesmos quantitativos inicialmente registrados.

1.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que será utilizado para o atendimento de necessidades de acessibilidade da UNILA, oferecendo um ambiente linguístico mais favorável à participação e vivência dos acadêmicos dentro e fora da sala de aula durante sua permanência na Universidade, *sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar*;

1.6 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7 A licitação será composta por 1 (um) grupo composto por 3 (três) itens conforme tabela acima.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.*

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratada deverá cumprir a legislação trabalhista vigente referente à jornada de trabalho, observar as normas coletivas da categoria profissional e atender às diretrizes internas de segurança e saúde do trabalho;

4.1.2. É responsabilidade da contratada realizar treinamentos periódicos para capacitar seus empregados no cumprimento das Normas Internas, Segurança e Medicina do Trabalho, além de orientá-los sobre prevenção de incêndios, práticas de redução do consumo de água e energia, e minimização da geração de resíduos, garantindo a aplicação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços;

4.1.3. Cabe à contratada disponibilizar aos seus funcionários Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em boas condições de uso, garantindo a segurança e a saúde durante a execução dos serviços;

4.1.4 Adotar critérios e práticas que minimizem os impactos sobre os recursos naturais, incluindo flora, fauna, ar, solo e água, priorizando o uso de materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local. Além disso, buscar maior



eficiência no consumo de água e energia, promover a geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

4.1.5 A contratada é responsável por adotar medidas para prevenir o desperdício de água potável, incluindo a verificação periódica do funcionamento adequado dos equipamentos, a identificação e correção de falhas, como regulagens inadequadas ou defeitos, e a implementação de práticas de uso consciente da água;

4.1.6 A contratada deverá racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis;

### **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total da contratação .

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.6. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.9. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.9.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.11. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial<sup>[A14]</sup>.

4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada<sup>[A15]</sup>.

4.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.15.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.16.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.16.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.17.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.17.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.17.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.18. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

#### **Vistoria**

4.21. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: conforme detalhado abaixo.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

**5.2.1 Unidade UNILA Jardim Universitário:** Av. Tarquínio Joslin dos Santos, 1000 - Jd. Universitário, Foz do Iguaçu /PR – CEP 85851-400.

**5.2.2 Unidade UNILA PTI:** Av. Tancredo Neves, 6731, Foz do Iguaçu/PR – CEP 85867-970.

**5.2.3 Unidade UNILA Campus Integração:** Av. Tancredo Neves, 3147 - Porto Belo, Foz do Iguaçu/PR – CEP 85867-633.

**5.2.4 Unidade UNILA Almada:** Av. Tancredo Neves, 3838 – Porto Belo, Foz do Iguaçu/PR – CEP 85867-633.

**5.2.5 Unidade de Almoxarifado e Arquivo UNILA Portal:** Rua Mineirão, 177 – Portal da Foz, Foz do Iguaçu/PR – CEP 85859-250.

**5.2.6 Unidade UNILA Campus Arandu:** Av. Tancredo Neves s/nº, – Jardim Itaipu, Foz do Iguaçu/PR – CEP 85.867.970.

5.2.7 Em função da constante expansão da UNILA e de possíveis futuras necessidades de mudança de endereço, aquisições e/ou locações de novos espaços dentro do Município de Foz do Iguaçu, os serviços poderão vir a ser prestados em outros locais além dos acima listados, ou em substituição a eles.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1 Os serviços de mão de obra fixa serão prestados de segunda a sexta-feira, em regime de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas em 5 (cinco) dias da semana, trabalhando até 4 (quatro) horas diárias.

5.3.1.1 O horário de funcionamento da UNILA é entre 07:00 às 23:00 horas.

5.3.2 Os serviços eventuais, serão contratados por hora, quando ocorrer a necessidade institucional para que os estudantes surdos não fiquem desassistidos em suas atividades acadêmicas.

5.3.3 Os horários de trabalho dos postos de trabalho serão alinhados diretamente com a equipe de fiscalização do contrato de acordo com a demanda de estudantes com deficiência, o que pode variar a cada semestre letivo.

## Rotinas a serem cumpridas

### 5.4 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

#### 5.4.1 Os profissionais deverão pertencer ao quadro funcional da Contratada;

5.4.1.1 A Contratante poderá dispensar a reposição dos profissionais de dedicação exclusiva, no mês de férias, realizando a devida glosa contratual.

5.4.2 Os postos de serviços não poderão ficar descobertos e, nas hipóteses de faltas do funcionário, a empresa deverá, no início da jornada de trabalho do posto, providenciar a substituição do funcionário em até 2 (duas) horas, cujas qualificações sejam iguais às aquelas definidas para o serviço contratado;

5.4.2.1 Após as 02 (duas) horas de atraso, o posto será glosado na fatura seguinte.

5.4.3 Fornecer à UNILA os números dos telefones celulares e canais de comunicação, tais como: aplicativos de mensagens, correios eletrônicos e outros, dos Responsáveis, preposto ou outro, e da equipe de suporte, ambos com perfeito conhecimento do objeto do contrato, para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergências, ou de algum sintoma anormal em equipamentos, sistemas ou instalações da UNILA;

5.4.4 As atividades devem ser realizadas no período de aulas, entreaulas e em períodos de participação de atividades complementares, de extensão, estágios, pesquisas, monitorias, trabalhos de campo e outros que tenham relação com os interesses estudantis cursados ou de interesse dos estudantes e servidores que necessitam do apoio destes profissionais.

5.4.5 Após solicitação da Contratante, enumerando detalhadamente e com objetividade a necessidade a ser atendida, a empresa ficará responsável pela prospecção, análise e contratação de profissionais que se ajustem adequadamente às particularidades do atendimento almejado, sendo possível, a qualquer tempo, que a Contratante, após a contratação do profissional respectivo, peça a substituição, caso o atendimento não esteja alcançando o nível de qualidade e regularidade de atendimento, definido objetivamente por meio de avaliações que serão definidas e informadas previamente pela Contratante à Contratada.

5.4.6 O apoio presencial, preferencialmente, em horário e local pré-definido e acordado entre as partes, com organização preliminar e mediação de interesses realizada pela Divisão de Apoio à Acessibilidade e Inclusão de Pessoa com Deficiência (DAAIPCD), podendo sofrer alterações de número de horas de apoio e turnos de trabalho, inclusive ocorrendo apoio em horários diversos em dias da semana a cada semestre, devido à mudança nos horários de aulas, reuniões e outras atividades acadêmicas.

5.4.7 Pode-se exigir da Contratada a mudança de dias e horários de atendimento a cada semestre letivo, ou quando houver mudanças de horários de aulas e disciplinas pelo próprio estudante, com prazo anterior à mudança alinhado entre Contratante e Contratada, de acordo com as particularidades de matrículas institucionais dos cursos ofertados, que será encaminhada tempestivamente para a Contratada, de forma a viabilizar os ajustes necessários à rotina de trabalho do(s) profissional(is) contratado(s). A Contratada não pode utilizar a mudança supramencionada como motivo para o não-atendimento das ações, exceto se prazos e informações exigidas e encaminhadas pela Contratante não forem suficientes para que os ajustes sejam realizados.

5.4.8 Caso haja disponibilidade e o profissional não se encontre sob atuação junto ao estudante ou servidor previamente designado, o campus pode acioná-lo para atividades eventuais e concomitantes, desde que haja compatibilidade de horários, previamente informada para o departamento de acompanhamento local, respeitados os prazos e procedimentos previamente adotados para análise, aprovação/rejeição, acompanhamento e avaliação das atividades regulares ou eventuais exigidas.

5.4.9 O controle de presença deve ser realizado, preferencialmente, por registro de horários em sistema digital padronizado sob o encargo da Contratada, e enviado para a equipe de acompanhamento local da Contratante mensalmente.

5.4.10 A contratação de empresa especializada na prestação de serviço de tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a Língua Portuguesa, e vice-versa visa atender servidores e discentes surdos usuários de Libras nos cursos de graduação e Pós-Graduação, atividades de extensão, reuniões acadêmicas e de pesquisa, saídas de campo, estágios, entre outras atividades, de forma presencial ou remota, nas quais se faça necessário o serviço de acessibilidade linguístico/cultural entre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa, com adequada tradução dos conteúdos e interpretação simultânea.

5.4.11 O enquadramento da categoria profissional que será empregadas no serviço, dentro das Convenções Trabalhistas cabíveis, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é a seguinte:

5.4.11.1 Tradutor e Intérprete de LIBRAS: CBO: 2614-25;

**5.4.11.2 Requisitos:** Curso superior em Letras Libras bacharelado ou Curso superior em Letras Libras licenciatura e proficiência em tradução /interpretação em Libras ou Curso superior em qualquer área e proficiência em tradução /interpretação em Libras, por meio de:

- (1) Curso Técnico de Tradutor e Intérprete de Libras com carga horária mínima de 1.200 h, certificado por Instituição Oficial de Educação; ou,
- (2) Curso de Formação Continuada de Tradução e Interpretação em Libras com carga horária mínima de 240h; ou,
- (3) Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação - PROLIBRAS, CAS ou FENEIS.

5.4.12 Cabe ao tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais:

5.4.12.1 Colocar-se como mediador da comunicação nas atividades didático-pedagógicas em sala de aula da graduação e pós-graduação. Em caso de incidentes emergentes que impactem ou comprometam a comunicação mediada, devem ser relatados posteriormente para a Contratante, para tratamento e resolução de conflitos ou potenciais conflitos junto aos envolvidos na relação comunicacional apoiada;

5.4.12.2 Viabilizar a comunicação entre usuários e não-usuários de Libras na comunidade acadêmica, tanto na graduação quanto na pós-graduação, adequando o apoio às condições ambientais, sociais e de comunicação da atividade apoiada, tanto quanto possível. A Contratante ou a Contratada podem sugerir ajustes, em fluxo contínuo e incremental, em caso de atividades regulares, visando a melhoria do processo comunicacional e a interação entre os diversos grupos abrangidos pela comunicação;

5.4.12.3 Apoiar a acessibilidade aos serviços e às atividades afins, no que tange ao apoio de acessibilidade exigido: secretaria, laboratórios, uso dos recursos digitais, biblioteca, seminários, palestras, fóruns, debates, reuniões, colegiados, Conselhos e espaços deliberativos oficiais e/ou estudantes e demais eventos de caráter educacional;

5.4.12.4 Participar do planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas com alunos surdos, em colaboração com as instâncias responsáveis da Contratante, na perspectiva do trabalho colaborativo e compreensão da comunicação;

5.4.12.5 Observar preceitos éticos no desempenho de suas funções, entendendo que não poderá interferir na relação estabelecida entre a pessoa surda e a outra parte, a menos que seja solicitado. Em caso de necessidade de interferência, é desejável a utilização, em toda a mediação, da comunicação não-violenta;

5.4.12.6 Interpretar de forma fiel aos contextos discursivos, não alterando a informação a ser interpretada, com as adaptações linguísticas e regionais necessárias à compreensão perfeita da informação interpretada, assim como corrigindo eventuais equívocos tradutórios de forma a evidenciar ao público atendido o contexto e a informação que está sendo corrigida, dentro dos limites de tempo e razoabilidade necessárias e possíveis na atividade apoiada;

5.4.12.7 Traduzir textos, vídeos e documentos e/ou revisar traduções, conforme demandado pelos setores /departamentos responsáveis pelas solicitações de respectivas, com prazos e níveis de qualidade sendo previamente acordados entre os solicitantes, departamento de gestão responsável e tradutores incumbidos da atividade;

5.4.12.8 Outras atribuições pertinentes à função, não especificadas acima, definidas em conjunto entre Contratante, Contratada e intérpretes responsáveis pelos apoios demandados;

5.4.12.9 Quando houver trabalhos que exijam revezamento de dois ou mais intérpretes, em atividades que superem o período de tempo de 1 hora de duração, conforme legislação em vigor, acompanhar, alinhar, planejar e executar eticamente, o trabalho do profissional que o acompanha. a fim de que seja garantida a qualidade de interpretação, e seja mantida a convergência comunicacional entre os intérpretes responsáveis,

eliminando ou mitigando incoerências de interpretação entre ambos os responsáveis pelo apoio, a despeito da atividade estar sendo realizada em revezamento. A necessidade de revezamento será informada no ato da solicitação, nos prazos e formas previamente estipuladas pelo departamento de gestão das solicitações;

5.4.12.10 Responsabilizar-se pelo contato prévio e ético com a pessoa surda que será atendida, mediada ou não pelo departamento responsável pelo acompanhamento direto do apoio ou atividade, a fim de familiarizar-se com sua sinalização e alinhar especificidades necessárias para a comunicação eficaz, informadas pela pessoa a ser atendida ou pelo solicitante, que discriminará objetivamente os critérios a serem atendidos, e os sinais específicos de sua área, bem como sinalizações técnicas ou regionalismos a serem previamente aprendidos, bem como com o(s) intérprete(s) que realizará(ão) o revezamento para alinhamentos e planejamento antecipado da atividade;

5.5 Para os serviços prestados em eventos:

5.5.1 A ordem de serviço para os serviços eventuais deverá ser enviada com antecedência de, pelo menos, 5 (cinco) dias úteis antes do início do evento.

5.5.1.1 Para a execução dos serviços eventuais, a contratada poderá utilizar o empregado do posto fixo, desde que o evento não ocorra no horário de trabalho estabelecido para o referido posto.

5.5.2 A hora de início considerada para cômputo da jornada de trabalho dos profissionais será sempre aquela indicada na Ordem de Serviço para o início do evento, não se descontando da jornada eventuais atrasos não imputáveis ao contratado.

5.5.3 O cancelamento do serviço deverá ser informado pelo órgão com, no mínimo, 1 (um) dia útil de antecedência do início do evento, por meio eletrônico, preferencialmente e-mail. Caso o evento seja cancelado, em parte ou integralmente, a menos de 1 (um) dia útil do seu início, as despesas incorridas pelo contratado serão pagas, desde que devidamente comprovadas.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.6. As quantidades estipuladas na planilha de itens são apenas estimativas para a realização do registro de preços. Só haverá a contratação das quantidades necessárias para suprir as demandas de serviços de acordo com o número de discentes matriculados com a necessidade de atendimento.

5.7 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.7.1 Para a isonomia no julgamento das propostas e lances, os participantes deverão cotar preços com base na Convenção coletiva de trabalho - CCT em vigor da categoria profissional com abrangência no município de Foz do Iguaçu/PR, independentemente da localização da sede da empresa licitante;

5.7.2 Segundo disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº. 05/2017 e suas alterações, os salários, bem como demais benefícios, deverão ser definidos de acordo com a utilização de um dos seguintes critérios:

5.7.2.1 Sentença normativa ou lei, acordo, dissídio ou convenção coletiva;

5.7.2.2 Salários praticados no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente, no caso de inexistência dos instrumentos descritos na alínea anterior;

5.7.2.3 Na hipótese do subitem 5.7.2.2, a CONTRATADA deverá encaminhar, juntamente à Planilha de Custos e Formação de Preços e a Proposta, todos os documentos e informações que subsidiaram a fixação dos salários de cada categoria profissional, como condição indispensável para classificação da proposta.

5.7.3 A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios e Convenções Coletivas que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

5.7.4 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.7.5 Os pisos salariais e benefícios utilizados como base na formação do preço estimado deste Termo de Referência são os constantes da Convenção Coletiva de Trabalho, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE sob o número PR000753/2025 de 27/03/2025, do SIEMACO/PR.

5.7.6 A CONTRATADA poderá, na apresentação de sua proposta na fase de aceitação, apresentar Convenção Coletiva/Acordo Coletivo de Trabalho diferente, desde que homologada no Ministério do Trabalho e de que abranja o município da prestação dos serviços, em que baseou seus custos de mão de obra.

5.7.7 As despesas com preposto não alocado em regime de dedicação exclusiva de mão de obra no objeto da presente licitação, deverão ser cotadas como custos indiretos da contratação, nos termos do item VI, d, do ANEXO I da IN nº. 5, de 2017;

### **Especificação da garantia do serviço**

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **Uniformes**

5.9. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.9.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.9.1.1. Camiseta gola polo manga curta na cor preta ou azul escura com emblema da empresa – 3 peças por ano.

5.9.1.2 Crachá/cartão de identificação confeccionado em material PVC. Comprimento: 80 MM, Largura: 120 MM, Tipo Impressão: Personalizada. Deve acompanhar cordão próprio para possibilitar a utilização no pescoço – 1 unidade por ano.

5.9.3 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade e durabilidade, levando em consideração a atividade desenvolvida e o clima da região, que é subtropical úmido, com verão quente e temperaturas baixas no inverno, com o logotipo de LIBRAS.

5.9.4 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.9.5 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.10. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

## **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

## **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.18. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.[A4]

6.19. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.20. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.21. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.22. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.23. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.24. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.



6.25. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.26. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.26.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.26.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.26.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.26.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.27. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

6.28. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.29. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.29.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.29.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

### **Fiscalização Administrativa**

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.34. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.34.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.34.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.34.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.34.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.34.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.34.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.34.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.34.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.34.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.34.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.34.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.34.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.34.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.34.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.34.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.34.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.34.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.34.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.34.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.34.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.34.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.34.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.35. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.34.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.36. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.37. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.38. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.39. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.40. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.41. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.42. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.43. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.45. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.46. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.47. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.48. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.49. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.50. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.51. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.52. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.53. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.54. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.55. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.56. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.56.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.56.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

6.57. As compensações de jornada limitam-se:

6.57.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.57.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.58. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

### **Gestor do Contrato**

6.59. Cabe ao gestor do contrato:

6.59.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.59.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.59.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.59.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.59.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.59.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.59.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.59.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.59.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.59.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.60. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR)], conforme previsto no Anexo II.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mês da prestação do serviço.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

## Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## Repactuação

7.37. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.38. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado[A17] :

7.38.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.38.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.39. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.39.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.40. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, Observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.41. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.42. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.43. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.44. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.44.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.44.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja[A18] diferente do Acordo,

Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.45. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.45.1. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.45.2. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.45.3. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.46. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA**, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I<sup>0</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.47. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.48. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.49. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.50. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.51. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.52. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.53. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.



- 7.54. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 7.55. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 7.56. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.57. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 7.58. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta) dias, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.
- 7.59. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 7.60. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.61. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.62. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 7.63. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita[A20] no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.
- 7.64. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.
- 7.64.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

## **Cessão de Crédito**

- 7.65. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 7.65.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.65.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 7.65.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 7.65.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A29]

7.66. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A30]

### **Conta-Depósito Vinculada**

7.67. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.68. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.69. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.70. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.71. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.72. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.72.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.72.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.72.3. Multa sobre o FGTS; e

7.72.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.73. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.74. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.75. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.76. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.77. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.78. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.79. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.80. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1% (um por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 nº **PR000753 /2025**, utilizada como paradigma:

- a) salário-base no valor de R\$ 6.198,00 (seis mil, cento e noventa e oito reais) para 40 horas de trabalho por semana;
- b) auxílio-alimentação, no valor de R\$ 805,00 (oitocentos e cinco reais); e
- c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:
  - i) Assistência médica e familiar, no valor de R\$ 87,50;
  - ii) Benefício social familiar, no valor de R\$ 28,00;
  - iii) Fundo de formação e qualificação profissional, no valor de R\$ 28,00.

9.3.1 Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.3.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.3.3 Os valores orçados pela Administração constam na Planilha de Custos e Formação de Preços - Anexo I.

9.4 Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1 Valores unitários: conforme planilha de custos e formação de preços, Anexo I deste Termo de Referência.

### Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

9.23.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.23.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.24. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.28. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo III deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.28.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.28.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **Qualificação Técnica**

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.30.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.31.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo, no mínimo, número de postos de trabalho equivalente ao da contratação;

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.34. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

9.39. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.39.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.39.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.39.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.39.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.39.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.39.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.39.6.1. ata de fundação;

9.39.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.39.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.39.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.39.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.39.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.39.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 455.139,06 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, cento e trinta e nove reais e seis centavos), conforme custos unitários apostos na Planilha de Custos e Formação de Preços - **Anexo I**.



10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- 10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*
- 11.2. *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.*

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

### 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Foz do Iguaçu, 09 de outubro de 2025.

WLADIANNE FERREIRA DA SILVA

Agente de contratação

DEISE BAUMGRATZ

Agente de contratação

SENILDE ALCANTARA GUANAES

---

KARLA GHELLERE RODRIGUEZ

Agente de contratação

**13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)**

Não aplicável.

**14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Não aplicável.

**22. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**WLADIANNE FERREIRA DA SILVA**

Agente de contratação

**DEISE BAUMGRATZ**

Agente de contratação

**SENILDE ALCANTARA GUANAES**

**KARLA GHELLERE RODRIGUEZ**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 08/10/2025 às 21:31:09.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Planilha de custos e formacao de precos - TILS - Planilhas Google.pdf (164.45 KB)
- Anexo II - ANEXO II - A - IMR.pdf (96.35 KB)
- Anexo III - ANEXO II - B - TABELA DE DESCONTOS IMR.pdf (44.68 KB)
- Anexo IV - ANEXO III - MODELO DE DECLARACAO.pdf (48.01 KB)
- Anexo V - Anexo IV - ETP.pdf (323.16 KB)

<b>PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS</b> <b>Contratação de serviços continuados de Motoristas</b>
--

<b>Nº Processo :</b>	23422.002695/2025-65
<b>Licitação nº :</b>	
<b>Objeto:</b>	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado, de Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), com dedicação exclusiva de mão de obra.

<b>Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)</b>
--

<b>A</b>	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
<b>B</b>	Município / UF	<b>Foz do Iguaçu / PR</b>
<b>C</b>	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	<b>SIEMACO-PR</b>
<b>D</b>	Ano do Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	<b>2025/2026</b>
<b>E</b>	Número de meses de execução contratual	<b>12</b>
<b>Identificação do Serviço</b>		

<b>Tipo de Serviço</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quantidade total a contratar</b>
Tradutor / Intérprete de Libras - 20 horas (diurno)	Posto/mês	2
Tradutor / Intérprete de Libras - 20 horas (noturno)	Posto/mês	2
Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - serviços por demanda	Horas	300

QUADRO RESUMO					
Item	Tipo de Serviço	Quantidade de Postos	Valor posto	Valor Mensal do serviço	Valor total (12 meses)
1	Tradutor / Intérprete de Libras - 20 horas (diurno)	2	R\$ 8.503,45	R\$ 17.006,89	R\$ 204.082,70
2	Tradutor / Intérprete de Libras - 20 horas (noturno)	2	R\$ 9.252,81	R\$ 18.505,61	R\$ 222.067,34
TOTAL DE MÃO DE OBRA				R\$ 35.512,50	R\$ 426.150,04
Item	Tipo de Serviço		Valor Unitário	Qtde anual	Valor total (12 meses)
3	Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - serviços por demanda		R\$ 96,63	300	R\$ 28.989,02
VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO				R\$ 455.139,06	

Mão de Obra vinculada à execução contratual						
Dados complementares para composição dos custos referentes à mão de obra						
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)			Tradutor / Intérprete de Libras - 20 horas		
2	Salário Normativo da Categoria Profissional			R\$ 3.099,00		
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)			SIEMACO		
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)			01/03/25		
MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO						
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			%	VALOR (R\$)	
A	Salário Base				R\$ 3.099,00	
TOTAL DO MÓDULO 1					R\$ 3.099,00	
MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS						
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias				%	VALOR (R\$)	
A	13º (Décimo terceiro) Salário			8,33%	R\$ 258,25	
B	Férias e Adicional de férias			12,10%	R\$ 374,98	
TOTAL SUBMÓDULO 2.1				20,43%	R\$ 633,23	
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições				%	VALOR (R\$)	
A	INSS			20,00%	R\$ 746,45	
B	Salário Educação			2,50%	R\$ 93,31	
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho) = RAT x FAP			3,00%	R\$ 111,97	
	RAT =	3,00%	FAP =	1,00	RAT X FAP =	3,00%
D	SESC ou SEI			1,50%	R\$ 55,98	
E	SENAI - SENAC			1,00%	R\$ 37,32	
F	SEBRAE			0,60%	R\$ 22,39	
G	INCRA			0,20%	R\$ 7,46	
H	FGTS			8,00%	R\$ 298,58	
TOTAL SUBMÓDULO 2.2				36,80%	R\$ 1.373,46	
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários					VALOR (R\$)	
A	Transporte próprio como faculta a lei		2	R\$ 34,06		
			R\$ 5,00			
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		R\$ 805,00	R\$ 644,00		
C	Auxílio-Refeição/Alimentação Férias		R\$ 644,00	R\$ 53,67		
D	Assistência Médica e Familiar		-	R\$ 87,50		
E	Benefício Social Familiar		-	R\$ 28,00		
F	Fundo de Formação e Qualificação Profissional		-	R\$ 28,00		
TOTAL SUBMÓDULO 2.3					R\$ 875,23	
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS						
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários					VALOR (R\$)	
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias				R\$ 633,23	
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições				R\$ 1.373,46	
2.3	Benefícios Mensais e Diários				R\$ 875,23	
TOTAL DO MÓDULO 2					R\$ 2.881,92	
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO						
Submódulo 3.1 – Provisão para Rescisão				%	VALOR (R\$)	
A	Aviso Prévio Indenizado			0,42%	R\$ 12,91	
B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado			0,03%	R\$ 1,03	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado			3,44%	R\$ 106,61	
D	Aviso Prévio Trabalhado*			1,94%	R\$ 60,26	
E	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado			0,72%	R\$ 22,18	
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado			0,06%	R\$ 1,93	
TOTAL SUBMÓDULO 3.1					R\$ 204,91	
* a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011						
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO						
Módulo 3 – Provisão para rescisão					VALOR (R\$)	
3.1	Provisão para Rescisão				R\$ 204,91	
TOTAL DO MÓDULO 3					R\$ 204,91	
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
Memória de Cálculo – Número de dias de reposição do profissional ausente		Incidência anual	Duração do afastamento legal	Proporção de dias afetados	Necessidade de reposição (em dias)	
A	Férias	1,0000	30	*	*	
B	Ausência Justificada	1,0000	1	100,00%	1,000	
C	Acidente de trabalho	0,0922	15	69,04%	0,955	
D	Afastamento por doença	0,2800	5	69,04%	0,967	
E	Consulta médica por filho	0,1344	2	100,00%	0,269	
F	Óbitos na família	0,0302	2	69,04%	0,042	
G	Casamento	0,0118	3	100,00%	0,035	
H	Doação de sangue	0,0200	1	100,00%	0,020	
I	Testemunho	0,0040	1	100,00%	0,004	
J	Paternidade	0,0143	5	69,04%	0,049	
K	Maternidade	0,1000	120	69,04%	8,285	
L	Consulta pré-natal	0,0016	6	100,00%	0,010	
TOTAL DE DIAS PARA REPOSIÇÃO				945,20%	28,2348	
* Considerando que o valor pago ao substituto durante as férias do empregado residente já consta na remuneração (módulo 1) e que o valor pago ao empregado para fazer frente ao custo das suas férias acrescidas do terço constitucional já foram apuradas na Letra B do submódulo 2.1, não há custo a ser aportado nesta rubrica						
Custo Diário para o repositor						
A	Tradutor / Intérprete de Libras - 20 horas (diurno)		Base de cálculo	Divisor	VALOR (R\$)	
	Custo Diário		R\$ 6.087,52	30	R\$ 202,92	
					R\$ 202,92	
Submódulo 4.1 – Ausências Legais						
	Categoria	Custo Diário	Dias de reposição	Custo anual	VALOR (R\$)	
A	Tradutor / Intérprete de Libras - 20 horas (diurno)	R\$ 202,92	28,2348	R\$ 5.729,33	R\$ 477,44	
TOTAL SUBMÓDULO 4.1					R\$ 477,44	
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente					VALOR (R\$)	
4.1	Ausências Legais				R\$ 477,44	
TOTAL DO MÓDULO 4					R\$ 477,44	
MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS						
5	INSUMOS DIVERSOS				VALOR (R\$)	
A	Uniformes			-	R\$ 12,31	
TOTAL DO MÓDULO 5				-	R\$ 12,31	
MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO						
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			%	VALOR (R\$)	
A	Custos Indiretos			3,00%	R\$ 200,27	
B	Lucro			6,79%	R\$ 466,87	
C	TRIBUTOS	Base de cálculo	R\$ 7.342,72	13,65%		
C.1	PIS			1,65%	R\$ 140,32	
C.2	COFINS			7,00%	R\$ 595,24	
C.3	ISS			5,00%	R\$ 425,17	
TOTAL DO MÓDULO 6				23,44%	R\$ 1.827,87	
TOTAL						
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)					VALOR (R\$)	
A	MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				R\$ 3.099,00	
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				R\$ 2.881,92	
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO				R\$ 204,91	
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				R\$ 477,44	
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS				R\$ 12,31	
	Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 6.675,58	
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				R\$ 1.827,87	
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO					R\$ 8.503,03	

Mão de Obra vinculada à execução contratual				
Dados complementares para composição dos custos referentes à mão de obra				
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Tradutor / Intérprete de Libras - 20 horas	
2	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 3.099,00	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		SIEMACO	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)		01/03/25	
MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		%	VALOR (R\$)
A	Salário Base			R\$ 3.099,00
B	Adicional noturno		20,00%	R\$ 123,96
C	Adicional de hora noturna reduzida			R\$ 141,67
D	Reflexo dos adicionais sobre o D.S.R			R\$ 53,13
TOTAL DO MÓDULO 1				R\$ 3.417,75
MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias			%	VALOR (R\$)
A	13º (Décimo terceiro) Salário		8,33%	R\$ 284,81
B	Férias e Adicional de férias		12,10%	R\$ 413,55
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			20,43%	R\$ 698,36
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições			%	VALOR (R\$)
A	INSS		20,00%	R\$ 823,22
B	Salário Educação		2,50%	R\$ 102,90
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho) = RAT x FAP		3,00%	R\$ 123,48
	RAT = 3,00%	FAP = 1,00	RAT X FAP = 3,00%	
D	SESC ou SESI		1,50%	R\$ 61,74
E	SENAI - SENAC		1,00%	R\$ 41,16
F	SEBRAE		0,60%	R\$ 24,70
G	INCRA		0,20%	R\$ 8,23
H	FGTS		8,00%	R\$ 329,29
TOTAL SUBMÓDULO 2.2			36,80%	R\$ 1.514,73
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários				VALOR (R\$)
A	Transporte próprio como faculta a lei	2	R\$ 5,00	R\$ 34,06
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 805,00		R\$ 644,00
C	Auxílio-Refeição/Alimentação Férias	R\$ 644,00		R\$ 53,67
D	Assistência Médica e Familiar	-		R\$ 87,50
E	Benefício Social Familiar	-		R\$ 28,00
F	Fundo de Formação e Qualificação Profissional	-		R\$ 28,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.3				R\$ 875,23
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários				VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias			R\$ 698,36
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições			R\$ 1.514,73
2.3	Benefícios Mensais e Diários			R\$ 875,23
TOTAL DO MÓDULO 2				R\$ 3.088,32
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO				
Submódulo 3.1 – Provisão para Rescisão			%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		0,42%	R\$ 14,24
B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado		0,03%	R\$ 1,14
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado		3,44%	R\$ 117,57
D	Aviso Prévio Trabalhado*		1,94%	R\$ 66,46
E	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado		0,72%	R\$ 24,46
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado		0,06%	R\$ 2,13
TOTAL SUBMÓDULO 3.1				R\$ 225,99
* a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011				
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO				
Módulo 3 – Provisão para rescisão				VALOR (R\$)
3.1	Provisão para Rescisão			R\$ 225,99
TOTAL DO MÓDULO 3				R\$ 225,99
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
Memória de Cálculo – Número de dias de reposição do profissional ausente		Incidência anual	Duração do afastamento legal	Proporção de dias afetados
				Necessidade de reposição (em dias)
A	Férias	1,0000	30	*
B	Ausência Justificada	1,0000	1	100,00%
C	Acidente de trabalho	0,0922	15	69,04%
D	Afastamento por doença	0,2800	5	69,04%
E	Consulta médica por filho	0,1344	2	100,00%
F	Óbitos na família	0,0302	2	69,04%
G	Casamento	0,0118	3	100,00%
H	Doação de sangue	0,0200	1	100,00%
I	Testemunho	0,0040	1	100,00%
J	Paternidade	0,0143	5	69,04%
K	Maternidade	0,1000	120	69,04%
L	Consulta pré-natal	0,0016	6	100,00%
TOTAL DE DIAS PARA REPOSIÇÃO			945,20%	28,2348
* Considerando que o valor pago ao substituto durante as férias do empregado residente já consta na remuneração (módulo 1) e que o valor pago ao empregado para fazer frente ao custo das suas férias acrescidas do terço constitucional já foram apuradas na Letra B do submódulo 2.1, não há custo a ser aportado nesta rubrica				
Custo Diário para o repositor				
A	Tradutor / Intérprete de Libras - 20 horas (diurno)	Base de cálculo	Divisor	VALOR (R\$)
		R\$ 6.623,64	30	R\$ 220,79
Custo Diário				R\$ 220,79
Submódulo 4.1 – Ausências Legais				
	Categoria	Custo Diário	Dias de reposição	Custo anual
A	Tradutor / Intérprete de Libras - 20 horas (diurno)	R\$ 220,79	28,2348	R\$ 6.233,91
TOTAL SUBMÓDULO 4.1				R\$ 519,49
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				VALOR (R\$)
4.1	Ausências Legais			R\$ 519,49
TOTAL DO MÓDULO 4				R\$ 519,49
MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS				
5	INSUMOS DIVERSOS			VALOR (R\$)
A	Uniformes		-	R\$ 12,31
TOTAL DO MÓDULO 5			-	R\$ 12,31
MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos		3,00%	R\$ 217,92
B	Lucro		6,79%	R\$ 508,01
C	TRIBUTOS	Base de cálculo	R\$ 7.989,79	13,65%
C.1	PIS		1,65%	R\$ 152,68
C.2	COFINS		7,00%	R\$ 647,70
C.3	ISS		5,00%	R\$ 462,64
TOTAL DO MÓDULO 6			23,44%	R\$ 1.988,94
TOTAL				
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			R\$ 3.417,75
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			R\$ 3.088,32
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			R\$ 225,99
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			R\$ 519,49
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			R\$ 12,31
	Subtotal (A + B + C + D + E)			R\$ 7.263,86
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			R\$ 1.988,94
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO				R\$ 9.252,81



Serviços por Demanda				
Item	Descrição	Qtde	Valor de referência	Total
3	Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - serviços por demanda	300	R\$ 96,63	R\$ 28.989,02
Valor total				R\$ 28.989,02

DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DE UNIFORMES					
TRADUTOR / INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade anual	Custo unitário	Custo total
1	Camiseta gola polo manga curta na cor preta ou azul escura	UN	3	R\$ 46,00	R\$ 138,00
2	Crachá/cartão de identificação confeccionado em material PVC. Comprimento: 80 MM, Largura: 120 MM, Tipo Impressão: Personalizada	UN	2	R\$ 4,84	R\$ 9,68
Valor anual total					R\$ 147,68
Valor mensal por funcionário					R\$ 12,31

RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS - PERCENTUAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO

13º (décimo terceiro) salário		8,33% (oito vírgula trinta e três por cento)	
Férias e 1/3 Constitucional		12,10% (doze vírgula dez por cento)	
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado		4,00 % (quatro por cento)	
Subtotal		24,43% (vinte e quatro vírgula quarenta e três por cento)	
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário*	7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento)	7,6% (sete vírgula seis por cento)	7,82% (sete vírgula oitenta e dois por cento)
Total	31,82% (trinta e um vírgula oitenta e dois por cento)	32,03% (trinta e dois vírgula zero três por cento)	32,25% (trinta e dois vírgula vinte e cinco por cento)

\* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

**ANEXO II - A**  
**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)**  
**METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

CONCEITO DA PONTUAÇÃO A SER UTILIZADA EM TODOS OS ITENS			
MUITO BOM	BOM	REGULAR	PÉSSIMO
03 (TRÊS) PONTOS	02 (DOIS) PONTOS	01 (UM) PONTO	0 (ZERO) PONTO
MÓDULOS	ITENS AVALIADOS		
A	MÃO DE OBRA	A1 – EFETIVO	
		A2 – PREPOSTO	
		A3 – UNIFORMES	
B	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	B1 - SERVIÇOS DE TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS	
C	DOCUMENTAÇÃO	C1 - RELATÓRIO DE MENSAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
		C2 - DOCUMENTAÇÃO DE ADMISSÃO, DEMISSÃO E DEMAIS SOLICITADOS	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
DESCRIÇÃO E CRITÉRIO DOS ITENS AVALIADOS			
MÓDULO A - MÃO DE OBRA		CONCEITO	PONTOS
A1 – EFETIVO			
Utilizar o efetivo mínimo estabelecido no Termo de Referência;		MUITO BOM	
Deixar de utilizar o efetivo mínimo estabelecido no Termo de Referência.		PÉSSIMO	
A2 - PREPOSTO			
Atendimento do preposto satisfatório		MUITO BOM	
Atendimento do preposto com algumas intercorrências		REGULAR	
Atendimento do preposto insuficiente		PÉSSIMO	
A2 - UNIFORME			
Funcionários devidamente uniformizados conforme TR		MUITO BOM	
Permitir a presença do empregado sem uniforme ou em desacordo com as especificações definidas no TR		PÉSSIMO	

MÓDULO B - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS			
B1 - SERVIÇOS DE TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS			
Atender totalmente os requisitos básicos de tradutor/intérprete de libras		MUITO BOM	
Atender em parte os requisitos básicos de tradutor/intérprete de libras		BOM	
Não atender os requisitos básicos de tradutor/intérprete de libras		PÉSSIMO	
MÓDULO C - DOCUMENTAÇÃO			
C1 - RELATÓRIO MENSAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Fornecer relatório técnico mensal contendo todos os itens solicitados no termo de referência		MUITO BOM	
Fornecer relatório técnico mensal contendo em partes os itens solicitados no termo de referência		BOM	
Deixar de fornecer relatório técnico mensal		PÉSSIMO	
C2 - DOCUMENTAÇÃO DE ADMISSÃO, DEMISSÃO E DEMAIS SOLICITADOS			
Fornecer todos os documentos quando da emissão de novos funcionário e/ou demissão		MUITO BOM	
Fornecer todos os documentos de admissão, porém deixar de entregar documentos diversos solicitados, por exemplo, comprovante de depósito de FGTS, entre outros permitidos pelo termo de referência		BOM	
Deixar de fornecer documentos solicitados e documentação de admissão e/ou demissão		PÉSSIMO	
TOTAL DE PONTOS DOS MÓDULOS	PESO DA AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA A SER OBTIDA	PONTUAÇÃO OBTIDA
A (09)	1	9	
B (03)	2	6	
C (06)	1	6	
RESULTADO MÁXIMO DA AVALIAÇÃO		21	

## ANEXO II - B

**TABELA DE DESCONTOS DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS**

<b>Pontuação atingida</b>	<b>Percentual</b>	<b>Percentual a Ser Pago</b>
Entre 21 e 13	100 a 150%	100%
12	98%	98%
11	95%	95%
10	90%	90%
9	88%	88%
8	85%	85%
7	80%	80%
6	70%	70%
5	60%	60%
4	50%	50%
3	40%	40%
2	30%	30%
1	15%	15%
0	0%	0%

### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual no \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
Valor total dos Contratos R\$		

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: \*Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

## UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA

**Estudo Técnico Preliminar 77/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 23422.002695/2025-65

**2. Descrição da necessidade**

Com o crescente ingresso de acadêmicos surdos ou com perda auditiva na Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, cresce também a demanda de atividades a serem desempenhadas por profissionais Tradutores Intérpretes de Libras –TILS, oferecendo assim um ambiente linguístico mais favorável a participação e vivência dos acadêmicos dentro e fora da sala de aula.

A pessoa surda, usuária da Libras, depende integralmente da atuação do/a tradutor/a intérprete para a participação nas atividades que pressupõe interação com pessoas não surdas e tem o atendimento a esta necessidade previsto na Lei 10.436/2002:

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

O Decreto 5.296/2004 estabelece, ainda, prioridade no atendimento à pessoa com deficiência, especificando a obrigatoriedade da cessão do intérprete. Vejamos:

Art. 6º O atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas de que trata o art. 5º.

§ 1º O tratamento diferenciado inclui, dentre outros:

(...)

III - serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;

A demanda de surdos tem sido ampliada pela observância da Lei de cotas Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, alterada pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência (PcD) nos cursos técnicos de nível médio e superior das Instituições Federais de Ensino.

Atualmente, na UNILA, o quadro de intérpretes da instituição, com apenas 02 profissionais, não possibilita o pleno atendimento da Lei Nº 14.704/2023, a qual define, no parágrafo único do artigo 8, que esses profissionais devem trabalhar em regime de revezamento, quando a tradução for superior a uma hora de duração.

Considerando também a expectativa de demanda e o respeito ao Decreto 1.590/1995, que regulamenta a carga horária de trabalho do servidor e estabelece intervalo mínimo e máximo em seu art. 5º, a licitação se configura como possibilidade única para cumprimento das normas acima citadas.

Além disso, os servidores do quadro atual que exercem a função de TILS atuam em diversas frentes no atendimento direto aos estudantes surdos e seus direitos linguísticos, cumprindo carga horária também com interpretação de vídeos institucionais, interpretação em ações de pesquisa e extensão, eventos online e presenciais, interpretação em trâmites administrativos e tradução de materiais.

Desta forma, a presente contratação se justifica considerando que a demanda atual é de 2 profissionais fixos de 20h no período manhã e noite, assim como, profissionais a serem contratados por hora, quando ocorrer a necessidade institucional para que os estudantes surdos não fiquem desassistidos em suas atividades acadêmicas. Além do atendimento aos estudantes surdos, são os intérpretes que fazem a cobertura das reuniões do Conselho Universitário, gravam os vídeos institucionais junto a SECOM, assim como realizam a tradução para LIBRAS de todos os editais de ingresso da Unila, participam de reuniões, cerimônias e eventos oficiais de nossa instituição.

Para os próximos semestres, não é possível prever a demanda, uma vez que esta depende diretamente do número de alunos surdos matriculados. Diante dessa imprevisibilidade, optou-se pela utilização do sistema de Registro de Preços.



A necessidade desta contratação de serviço profissional de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais, com profissional que apresente domínio fluente da língua portuguesa e da Libras, tanto na forma escrita quanto na forma falada, tendo por responsabilidade:

- a) realizar a tradução e interpretação de materiais escritos (textos, slides, artigos, etc.) e falados (aulas, palestras, debates) entre a língua portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e vice-versa;
- b) Facilitar e promover a comunicação eficaz e acessível para alunos surdos e/ou com deficiência auditiva, garantindo que todos possam participar plenamente das atividades acadêmicas, seja no espaço da instituição ou em outros locais em que executa atividades acadêmicas;
- c) Adaptação do conteúdo para o público surdo, considerando a cultura surda, nuances linguísticas e contextos específicos da educação superior;
- d) Fornecer apoio técnico e pedagógico aos docentes e alunos, auxiliando na elaboração e adaptação de materiais didáticos, bem como na comunicação em diferentes ambientes acadêmicos.

Assim, considerando o cenário atual apresentado e a necessidade de manter a qualidade do ensino oferecido pela UNILA a todos os acadêmicos, o presente documento apresenta uma proposta para a contratação de empresa para prestação de serviços de Tradutor e Intérprete de Libras, prevenindo, minimizando ou até mesmo eliminando problemas ocasionados pela falta de tais profissionais.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DAIPCD	WLADIANNE FERREIRA DA SILVA, SIAPE 1188387, ocupante do cargo de Administrador, lotada na SECAFE. II. DEISE BAUMGRATZ, SIAPE 2148975, ocupante do cargo de Assistente em Administração, lotada no GR; III. SENILDE ALCANTARA GUANAES, SIAPE 1841117, ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, lotada na AR1; IV. KARLA GHELLERE RODRIGUEZ, SIAPE 2128503, ocupante do cargo de Assistente em Administração, lotada no DECON.

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Trata-se de contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra, de Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, visando atender às necessidades da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, pelo prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado conforme a duração dos cursos e necessidade da instituição, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

#### 4.1 Classificação do Objeto

Trata-se de serviço comum de caráter continuado, com regime de dedicação exclusiva, via fornecimento de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

#### 4.2 Prazo de vigência da Contratação

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, nos mesmos quantitativos inicialmente registrados.

O prazo de vigência da contratação será de 1 (um) ano contado da celebração, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que seja de interesse das partes e que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, conforme artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, pois este serviço é enquadrado como contínuo.

#### 4.3 Mão de Obra Empregada

Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e nas Convenções Coletivas de Trabalho, respectivamente.

A contratada deverá fornecer mão de obra especializada para a execução das atividades de Tradutor e Intérprete de LIBRAS.

O enquadramento da categoria profissional que será empregadas no serviço, dentro das Convenções Trabalhistas cabíveis, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é a seguinte:

**Tradutor e Intérprete de LIBRAS: CBO: 2614-25;**

**Requisito:** Curso superior em Letras Libras bacharelado ou Curso superior em Letras Libras licenciatura e proficiência em tradução /interpretação em Libras ou Curso superior em qualquer área e proficiência em tradução /interpretação em Libras, por meio de:

- (1) Curso Técnico de Tradutor e Intérprete de Libras com carga horária mínima de 1.200 h, certificado por Instituição Oficial de Educação; ou,
- (2) Curso de Formação Continuada de Tradução e Interpretação em Libras com carga horária mínima de 240h; ou,
- (3) Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação - PROLIBRAS, CAS ou FENEIS

Os colaboradores deverão ter suas funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho - CTPS, no prazo da lei, de acordo com a qualificação mínima exigida.

É dever da CONTRATADA efetuar todos os pagamentos devidos aos colaboradores, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, com relação ao contingente alocado, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, promoções, resolvimento de benefícios devidos ao sindicato da categoria, etc.

## 5. Levantamento de Mercado

Em busca de uma solução para o problema atual do número limitado de profissionais na área de Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS necessários ao atendimento das demandas da UNILA, verifica-se duas possibilidades, a contratação por concurso público ou a terceirização dos serviços.

Considerando a impossibilidade de realização de concurso para o cargo, uma vez que o Decreto nº 10.185/2019 **proibiu a realização de novos concursos** para o cargo de **Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais**, verifica-se que a terceirização dos serviços torna-se a única opção viável para atendimento da demanda.

Por tratar-se de um serviço cuja demanda não pode ser previamente estimada, em razão de não ser possível prever o número de alunos surdos que se matricularão ao longo do ano letivo, o sistema de **Registro de Preços** mostra-se como a alternativa mais eficiente. Essa modalidade possibilita a contratação conforme a necessidade efetiva, garantindo flexibilidade e otimização de recursos.

Assim, a solução escolhida é a contratação, por meio de **Pregão Eletrônico na modalidade Registro de Preços, de serviços de natureza continuada, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, junto a empresa especializada capaz de disponibilizar à CONTRATANTE profissionais adequados — qualitativa e quantitativamente — para o atendimento da demanda.

## 6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo abrange a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra, de Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, através de Pregão Eletrônico, na modalidade Registro de Preços, com contrato a ser celebrado pelo prazo de 12 meses, dentro dos critérios estabelecidos para o desempenho das funções.

Trata-se de profissional abarcado pela Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, código 2614-25 - Intérprete de língua de sinais, possuem como funções: Guia-intérprete, Intérprete de libras, Intérprete educacional, Tradutor de libras, Tradutor intérprete de libras. E a descrição sumária compreende: Traduzem, na forma escrita e/ou oral, textos e imagens de qualquer natureza, de um idioma para outro, considerando as variáveis culturais, bem como os aspectos terminológicos e estilísticos, tendo em vista um público-alvo específico. Interpretam oralmente e/ou na língua de sinais, de forma simultânea ou consecutiva, de um idioma para outro, discursos, debates, textos, formas de comunicação eletrônica, respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes. Tratam das características e do desenvolvimento de uma cultura, representados por sua linguagem; fazem a crítica dos textos. Prestam assessoria a clientes.

As atribuições do cargo são as que seguem:

- a. Efetuar a comunicação entre surdos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral (português e espanhol) e vice-versa;
- b. Traduzir e interpretar, em Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvida pela Unila ou em parceria com a mesma, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares, em sala de aula e demais ambientes acadêmicos;
- c. Traduzir e interpretar materiais didáticos, artigos, livros, textos diversos, provas, exercícios, vídeos e outros, reproduzindo em Libras ou na modalidade oral da língua portuguesa ou espanhola atentando a ética profissional;
- d. Atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;
- e. Participar da produção de material técnico, didático-pedagógico ou de informática;
- f. Apoiar a acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da UNILA, atendendo ao disposto no Decreto 5626/05, na Lei 13.146, e aos demais preceitos vigentes e zelando pelo rigor técnico, pelo respeito à pessoa e à cultura da pessoa surda.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O objeto da presente contratação é a prestação de serviços especializados de Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa, a ser executada por Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) devidamente qualificados e certificados, visando garantir a acessibilidade comunicacional plena para pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva no âmbito da instituição.

O serviço contempla duas modalidades de atendimento, de forma a atender a demandas contínuas e pontuais:

SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - 20 horas (diurno)	Posto/mês	2
Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - 20 horas (noturno)	Posto/mês	2
Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - serviços por demanda	Horas	300

1. Serviços Contínuos de TILS (Dedicação Exclusiva): Contratação de 02 (dois) profissionais TILS fixos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais cada. Esta modalidade destina-se, prioritariamente, ao acompanhamento contínuo de discentes com surdez matriculados em cursos noturnos e diurnos, assegurando sua participação efetiva em aulas, seminários, orientações acadêmicas e demais atividades pedagógicas que exijam interpretação fluida e ininterrupta.

2. Serviços de TILS por Demanda (Eventual): Contratação de profissionais TILS por hora de serviço para atender a necessidades institucionais esporádicas e pontuais. Abrange a interpretação em eventos específicos (palestras, congressos, seminários), reuniões administrativas e acadêmicas (colegiados, atendimentos individuais), processos seletivos, matrículas e quaisquer outras situações que requeiram a presença de TILS de forma não contínua.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 881.289,09

Para estimar os custos com os postos de serviços com dedicação exclusiva foi elaborada a planilha de custos e formação de preços, levando em conta o salário dos profissionais dispostos na Convenção Coletiva de Trabalho, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE sob o número PR000753/2025 de 27/03/2025, do SIEMACO.

O custo médio de cada item para a composição dos valores com os uniformes foi realizado com base na Instrução Normativa SEGES /ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, que disciplina a orçamentação nos processos licitatórios, prevendo variadas possibilidades de

levantamento de mercado. Para o presente objeto utilizou-se o inciso I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente e inciso III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.

Grupo	Item	Tipo de Serviço	Qtde de Postos	Valor posto	Valor Mensal do serviço	Valor total (12 meses)
1	1	Tradutor / Intérprete de Libras - 20 horas (diurno)	4	R\$ 8.503,45	R\$ 17.006,89	R\$ 204.082,70
	2	Tradutor / Intérprete de Libras - 20 horas (noturno)	4	R\$ 9.252,81	R\$ 18.505,61	R\$ 222.067,34
	TOTAL DE MÃO DE OBRA				R\$ 35.512,50	R\$ 426.150,04
	Item	Tipo de Serviço		Valor Unitário	Qtde anual	Valor total (12 meses)
	3	Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - serviços por demanda		R\$ 96,63	300	R\$ 28.989,02
	VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO				R\$ 455.139,06	

Valor: **R\$ 455.139,06 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, cento e trinta e nove reais e seis centavos)**. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

A planilha de custos e formação de preços está assim dividida:

8.1 Composição da remuneração

O salário normativo mensal, para efeito da confecção das Planilhas de Custos e Formação de Preços do objeto do Contrato, foi fixado com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, do SIEMACO Foz do Iguaçu, vigente para a categoria, observando-se os salários das jornadas de trabalho correspondentes a carga horária a ser executada e demais vantagens.

O salário-base está estipulado conforme Cláusula 3ª da CCT.

O cálculo do adicional noturno considera que as aulas terminam às 23h, ou seja, há 1 hora por dia trabalhada no período noturno. Esse adicional representa 20% a mais sobre o valor da hora normal e é aplicado durante uma média de 22 dias úteis por mês. Como a hora noturna é reduzida (cada hora equivale a 52 minutos e 30 segundos), utiliza-se um fator de correção de aproximadamente 1,14 para ajustar o valor. Além disso, é calculado o reflexo do descanso semanal remunerado, levando em conta esse adicional e o fator de correção. Para isso, soma-se os dois valores, divide-se pela média mensal de 25 dias úteis e sábados, e depois multiplica-se pela média de 5 domingos e feriados por mês.

8.2 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

O valor de 13º salário, toma-se por base o somatório das verbas de natureza salarial e por tratar-se de planilha mensal, contabiliza-se 1 /12 (um doze avos) do valor anual do 13º, equivalente a 8,33% deste.

O valor de férias e adicional de férias toma-se por base o somatório das verbas de natureza salarial, incorrendo 12,10% (doze vírgula dez por cento), conforme previsto nos valores a serem provisionados na conta-depósito vinculada. A incidência de férias no submódulo 4.1 não será computada.

### 8.3 Encargos Previdenciários e FGTS

Para o cálculo dos encargos previdenciários e FGTS, toma-se por base o total das verbas de natureza salarial + benefícios anuais vigentes, conforme previsão legal.

Os encargos previdenciários e FGTS estão previstos no art. 195 da Constituição Federal. Os percentuais informados na planilha não são taxativos, mas estimativos. Portanto, ao preencher a planilha, o proponente deverá observar o enquadramento real de sua empresa, em especial no que diz respeito ao SAT-GIIL/RAT, para o qual deverá indicar o percentual correspondente ao grau de risco da atividade preponderante, comprovando-o por demonstrativos oficiais, como CAD-PREV, FAPweb, GFIP, Sefip, etc.

Os incs. I e II do art. 22 da Lei nº 8.212/1991 estabelecem que a contribuição previdenciária da empresa é de 20% (vinte por cento) sobre o total das verbas de natureza salarial (remuneratórias), excluindo as verbas indenizatórias e compensatórias.

### 8.4 Benefícios Mensais e Diários

Os custos de vale transporte foram calculados com base no número de dias de utilização do transporte público, tarifas de transporte e o desconto máximo em relação ao salário-base, de 6%.

O custo do vale transporte no município de Foz do Iguaçu, conforme Decreto nº 32.494, de 26 de abril de 2024, estabelece o valor de R\$ 5,00 (cinco reais) para passagem comum via cartão ou via dinheiro. O custo total é calculado considerando a quantidade de dias de trabalho no mês, o número de passagens por dia e o valor da passagem, e descontando a alíquota de 6% sobre o valor da proporcional da remuneração.

O custo do vale alimentação está indicado na cláusula 11ª CCT da categoria, no valor de R\$ 805,00 mensais e é assegurado à empresa descontar o equivalente a 20% do seu custo efetivo, na forma da legislação do PAT. Além disso, é previsto, no parágrafo 4º da cláusula 13ª da CCT, o pagamento do vale alimentação nas férias ao empregado. Sendo assim, o cálculo do benefício mensal é o valor total do vale alimentação, com o desconto do PAT (R\$ 644,00 / 12 meses). Importante: na concessão das férias, a Administração fará a conferência dos valores repassados ao empregado e poderá realizar a glosa para ajustes dos valores.

O benefício assistência médica está previsto na Cláusula 14ª da CCT, cabendo à empresa o pagamento no valor de R\$ 87,50.

O benefício social familiar está previsto na Cláusula 15ª da CCT, cabendo à empresa o pagamento no valor de R\$ 28,00.

O fundo de formação profissional está previsto na Cláusula 23ª da CCT, cabendo à empresa o pagamento no valor de R\$ 28,00.

### 8.5 Provisão para Rescisão

Este módulo destina-se a calcular o custo de possível desligamento de um empregado vinculado ao contrato de prestação de serviços, conforme metodologia Seges, usando a probabilidade de ocorrência, por tipo de desligamentos, como fator de ponderação do custo total. Estes custos deverão ser apreciados atentamente nos casos de prorrogação contratual para verificar a necessidade de sua renovação ou não. Deverão, ainda, ser observados os ditames da Lei nº 12.506/2011 e seus impactos no custo quando das prorrogações contratuais.

Os percentuais de ocorrência foram definidos a partir da análise de contratações anteriores, comparada a dados extraídos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), por tipo de desligamento, para a unidade da federação e categoria de serviço.

Aviso Prévio Indenizado: o custo aqui estimado (item “A” do Módulo 3) refere-se à remuneração correspondente a essa indenização, pois, para não haver descontinuidade na prestação dos serviços, a empresa deverá substituir, imediatamente, os empregados dispensados do cumprimento do aviso prévio. A fórmula é a seguinte:  $\%API = (1/12) \times 0,05 \times 100 = 0,42\%$  - Onde 1 = mês completo de trabalho; 12 = qtd. de meses de duração do contrato e 0,05 = porcentagem de funcionários que são demitidos com API.

A incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado: a incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado (item “B” do Módulo 3) pode ser extraída da interpretação do art. 15, da Lei nº 8.036/90, que determina a contribuição mensal, a cargo do empregador, para o FGTS, correspondente a 8% da remuneração paga ou devida, no mês anterior, ao trabalhador. Na planilha, faz-se o cálculo do custo mensal da incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado da seguinte maneira:  $\%FGTS \text{ sobre API} = API (0,42\%) \times 8\% = 0,03\%$ ; onde 8% é o percentual de FGTS que incide sobre 0,42% o percentual mensal a ser pago de API.

Multa do FGTS do aviso prévio indenizado: todo empregado dispensado, sem justa causa, tem direito de receber, na forma de indenização, valor correspondente a 40% sobre o saldo dos depósitos efetuados em sua conta vinculada ao FGTS (art. 18 da Lei 8.036/90) (item “C” do Módulo 3). Trata-se de multa paga pela empresa mediante depósito no FGTS. Para fins deste modelo, considera-se que cerca de 10% dos empregados pedem demissão, e, portanto, o custo da multa sobre o saldo do FGTS recai sobre os 90% remanescentes. Desta maneira, o custo estimado no modelo é:  $\% \text{ Multa sobre FGTS} = [1 + 2/12 + (1/3 \times 1/12)] \times 8\% \times 40\% \times 90\% = 3,44\%$ , onde:

1= Remuneração mensal;

2/12 = Estimativa de 13º e férias sobre a remuneração

(1/3×1/12)= Estimativa de 1/3 de férias

8% = Alíquota do FGTS

40% = Alíquota da Multa sobre o saldo do FGTS

90% = dos funcionários remanescentes

Aviso prévio trabalhado - APT: ao término do contrato administrativo, todos aqueles empregados poderão ser demitidos, por impossibilidade de aproveitamento pela empresa. Deverá, portanto, conceder o aviso prévio a todos eles, garantindo-se, porém, a prestação dos serviços (item “D” do Módulo 3).

Considerando, hipoteticamente, que todos os empregados deverão ser demitidos ao término da execução, faz-se o cálculo do indicador do custo mensal da seguinte maneira durante os primeiros 12 meses de vigência do contrato:  $\% \text{ APT} = (7/30) \div 12 = 1,94\%$ ; sendo:

$(7/30)$  = proporção de dias de aviso prévio a que o empregado tem direito de se ausentar durante o mês

12 = número de meses no ano.

A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo desta parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011.

Incidência do submódulo 2.2 sobre o APT: por força do art. 15, c/c o art. 18 da Lei 8.036/90, e do art. 214, do Regulamento da Previdência Social, há incidência do FGTS e de encargos previdenciários – previstos no Submódulo 2.2 – sobre o aviso prévio trabalhado. Faz-se o cálculo multiplicando-se o percentual de encargos pelo valor do aviso prévio trabalhado, da seguinte maneira:  $\% \text{ Encargos sobre APT} = \% \text{ do Submódulo 2.2} \times \% \text{ Aviso Prévio Trabalhado}$ . No caso de o contrato ter vigência de 12 meses, os cálculos do modelo serão:  $\% \text{ Encargos sobre APT} = 36,80\% \times 1,94\% = 0,72\%$ .

Multa do FGTS sobre o APT: a base de cálculo e o índice balizador da Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado:  $\% \text{ Multa e CS sobre FGTS} = \text{APT} \times 8\% \times 40\%$ . Onde:

$\% \text{ Multa e CS sobre FGTS}$  = Índice que demonstra o custo estimado com a Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado;

1= Remuneração mensal APT = Aviso Prévio Trabalhado disposto no item “D” do Módulo 3

8% = Alíquota do FGTS

40% = Alíquota da Multa sobre o saldo do FGTS

Cumprasseverar que não estamos considerando os funcionários que pedem demissão e portanto não fazem jus a essas verbas.

## 8.6 Provisão de Reposição do Profissional Ausente

O Custo de reposição do profissional ausente refere-se ao custo necessário para substituir, no posto de trabalho, o profissional residente quando estiver afastado no caso de uma das ausências legais previstas no art 473 da CLT, baseada na metodologia Seges.

Considerando que o valor pago ao substituto durante as férias do empregado residente já consta na remuneração (módulo 1) e que o valor pago ao empregado para fazer frente ao custo das suas férias acrescidas do terço constitucional já foram apuradas na Letra B do submódulo 2.1, não há custo a ser aportado para as férias, apenas para as demais ausências legais.

Probabilidade de ocorrência anual de ausência do profissional residente, por tipo de afastamento, baseada na avaliação de contratos anteriores, comparada a dados estatísticos obtidos junto ao Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho e à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE).

Pode ser editada pela proponente, desde que não sejam alteradas as fórmulas de cálculo. Duração computada em dias, conforme previsão legal. Memória de Cálculo: probabilidade de ocorrência x duração legal do afastamento x proporção de dias afetados = necessidade de reposição do profissional ausente, em dias, para cada evento.

Na metodologia Seges computa-se o custo total, ao mês, de um empregado e, a partir disso, o custo diário de reposição desse profissional quando ausente. O custo total mensal de um empregado é composto pelo somatório de sua remuneração básica mensal, encargos, benefícios mensais e diários, e 1/12 dos benefícios anuais (13º salário, férias e terço constitucional), bem como 1/12 da estimativa do custo anual com verbas rescisórias. Ou seja, o somatório do resultado dos módulos 1, 2 e 3. O valor estimado do custo diário do profissional que substituirá o empregado ausente, deve ser dividido pelo número regular de dias em um mês comercial/civil, ou seja, 30 dias. Memória de Cálculo: base total mensal do profissional ausente/30 = custo diário do profissional repositor.

O valor estimado anual será composto do custo diário x a necessidade de reposição. O total deve corresponder a 1/12 (um doze avos) do custo anual.

## 8.7 Insumos Diversos

Estima o custo mensal com o fornecimento dos materiais, equipamentos, uniformes e EPI's exigidos para a execução do serviço, com base no valor unitário de cada item (estimado a partir de pesquisa de preços realizada em consonância com Instrução Normativa SEGES /ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, multiplicado pelo quantitativo total anual exigido, observadas as respectivas unidades e frequência de fornecimento.

Os valores dos itens podem ser alterados pela licitante.

Uniformes e EPI's, foram calculados com base nas quantidades estabelecidas para cada funcionário.

## 8.8 Custos Indiretos, Tributos e Lucro

Os percentuais informados foram estimados pela administração com base nas orientações contidas no documento Planilha de Custos e Formação de Preços disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/midia/elaborao-da-planilha-de-custos-e-formao-de-preos.pdf>. Os percentuais podem ser alterados pelo proponente (desde que não haja alteração nas fórmulas de cálculo programadas nas demais células da planilha), a depender do regime de tributação em que se enquadra (o que deverá ser comprovado junto aos documentos de habilitação), sendo que: a) Para os tributos federais, utilizou-se as alíquotas vigentes na hipótese de opção pelo Lucro Presumido. Em atenção ao Acórdão TCU nº 950/2007-Plenário, não devem ser cotados IRPJ e CSLL. b) Não se identificou a incidência de tributos estaduais sobre o serviço contratado, caso existentes, pede-se ao proponente cotá-los e especificá-los na planilha, apresentando comprovação das alíquotas cotadas. c) A alíquota do ISSQN informada está de acordo com o disposto no art. 353, inc. III, da Lei Complementar nº 392/2022, publicado pela Prefeitura de Foz do Iguaçu/PR, município sede deste órgão e local de prestação dos serviços.

A base de cálculo é composta de: a) para estimativa dos Custos Indiretos: somatórios dos resultados dos módulos anteriores, de provisionamento mensal para custeio da remuneração (módulo 1), dos encargos e benefícios anuais, mensais e diários (módulo 2), das verbas rescisórias (módulos 3), do custo com reposição de profissional ausente (módulo 4) e do custo com fornecimento de materiais (módulo 5); b) para estimativa do Lucro: base de cálculo de custos indiretos (somatórios dos resultados dos módulos anteriores) + custos indiretos; e c) para estimativa de Tributos: base de cálculo de custos indiretos (somatórios dos resultados dos módulos anteriores) + custos indiretos + lucro estimado.

Memória de Cálculo para Custos Indiretos: base de cálculo x percentual estimado; Lucro: base de cálculo x percentual estimado; Tributos: (base de cálculo x alíquota do tributo)/(1-percentual total estimado em tributos).

## 8.9 Valores dos serviços sob demanda

Os serviços sob demanda consistem na prestação de serviços de Tradutor / Intérprete de Libras em eventos, ou serviços por demanda. Para o cálculo da hora, foi dividido o valor do posto diurno por 22 dias dividido por 4 horas.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme Lei nº 14.133/2021, Art. 40 e Art. 47, o planejamento de compras deverá considerar, entre outras coisas, o parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

A licitação será realizada por único grupo, por serem da mesma natureza e guardarem relação entre si e considerando que os potenciais interessados em fornecer os itens agrupados são os mesmos, indo ao encontro do que preceitua o TCU nos acórdãos 5.260/2011-TCU -1ª Câmara e 1620/2010-TCU – Plenário, respectivamente.

O agrupamento também permite o aumento da eficiência administrativa por meio da otimização do gerenciamento do contrato, pois, neste caso, não seria conveniente e oportuno a prestação desses serviços por diversos contratados, considerando que lidar com um único ou poucos prestadores diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação (Acórdão 861/2013-TCU Plenário).

Além disso, o agrupamento proporciona maior atratividade do certame aos fornecedores por conta da possibilidade de maior ganho e, em consequência, aumento dos participantes gerando maior competitividade.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não verifica-se contratações correlatas ou interdependentes para viabilidade e contratação desta demanda.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A contratação será inserida no Plano de Contratações Anuais (PCA), DFD 45/2024 e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A contratação desses profissionais é essencial para que os estudantes surdos consigam acessar e adquirir o conhecimento em sala de aula e demais espaços da universidade, garantindo, assim, a acessibilidade e a inclusão no ensino superior, conforme determina a Lei Brasileira de Inclusão. Sendo assim, contar com esses profissionais garante que os alunos tenham acesso pleno ao ambiente acadêmico. Para além disso, é necessário que a atuação dos intérpretes de LIBRAS da Unila esteja em conformidade com a legislação, situação que não está ocorrendo, atualmente.

## **13. Providências a serem Adotadas**

Abertura de processo com a solicitação de contratação dos serviços supracitados com a capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contratação;

Definição de planos de trabalho com vista à boa execução contratual;

Acompanhamento das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

A estrutura da organização está preparada para receber o prestador de serviços contratado. Os processos de trabalho já estão delineados e há infraestrutura tecnológica e física para sua realização.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

A contratação não prevê impactos ambientais. Contudo, a sustentabilidade prevê o princípio social, neste sentido a contratação é muito importante para assegurar os direitos das pessoas com deficiência, valorizar a diversidade no espaço acadêmico e promover uma cultura de equidade.

Deverão ser observadas, ainda, no que couber, pela Contratada, as exigências de caráter de SUSTENTABILIDADE constantes na AMBIENTAL IN 01/2010, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU/AGU 4ª edição, e demais normas específicas atualizada.



## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável a presente contratação, com base nas análises realizadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar. A aquisição do serviço de intérprete apresenta-se como a solução mais adequada para atender à necessidade institucional dos estudantes da UNILA dos cursos de graduação e pós-graduação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**WLADIANNE FERREIRA DA SILVA**

Administradora

**DEISE BAUMGRATZ**

Assistente em Administração

**SENILDE ALCANTARA GUANAES**

Professor do Magistério Superior

**KARLA GHELLERE RODRIGUEZ**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 08/10/2025 às 21:12:56.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - DFD158658\_000045\_2024.pdf (62.46 KB)
- Anexo II - cotação-resumido-82-2025.pdf (83.14 KB)

Documento de Formalização da Demanda 45/2024

Número do Documento de Formalização da Demanda: 45/2024

1. Informações Gerais

Área requisitante		Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Reitoria		30/04/2025 20:00	158658	GUSTAVO AUGUSTO GONCALVES
Descrição sucinta do objeto				
Contratação de profissionais de Tradução e Interpretação de LIBRAS				
Justificativa da prioridade				
A empresa não permaneceu com o contrato anterior, sendo necessária a efetivação de um novo processo, para atendimento das demandas estudantis e institucionais para a tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.				

2. Justificativa de Necessidade

Considerando o número de servidores efetivos ocupantes do cargo de Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais, que não há concurso válido para o cargo na UNILA, e a possibilidade de ampliação da demanda devido ao ingresso de novos estudantes surdos na UNILA pelos próximos processos de ingressantes, faz-se necessária a contratação da prestação de serviços para que os estudantes surdos não fiquem desassistidos em suas atividades acadêmicas. Além do atendimento aos estudantes surdos, são os intérpretes que fazem a cobertura das reuniões do Conselho Universitário, gravam os vídeos institucionais junto a SECOM, assim como realizam a tradução para LIBRAS de todos os editais de ingresso da Unila, participam de reuniões, cerimônias e eventos oficiais de nossa instituição. Atualmente, o quadro de intérpretes da instituição não possibilita o pleno atendimento da Lei Nº 14.704/2023, a qual define, no parágrafo único do artigo 8, que esses profissionais devem trabalhar em regime de revezamento, quando a tradução for superior a uma hora de duração.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	SERVIÇOS DE AGÊNCIAS DE EMPREGOS E FORNECIMENTO DE PESSOAL		1,00	342.786,96	342.786,96

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ISABELLE MAYSA DUTRA SILVA  
Técnica em Assuntos Educacionais

5. Acompanhamento

Id Acompanhamento		Responsável	Data
1	retificado descrição da contratação	GUSTAVO AUGUSTO GONCALVES	29/04/2024 10:09

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

# Relatório de pesquisa de preço

## Relatório Resumido

### Informações básicas

<b>Número da Pesquisa</b>	<b>UASG</b>	<b>Status</b>	<b>Editado por</b>
82/2025	158658	Rascunho	KARLA GHELLERE

**Título:** Uniformes

**Observações:**

<b>Total de itens cotados:</b> 2	<b>Valor total da pesquisa de preços:</b> R\$ 50,8400
----------------------------------	---

### Itens cotados

Item: 1

**Descrição do item**  
614860 - Camisa Uniforme Material: Malha Piquet 50% Algodão E 50% Poliéster , Tipo Manga: Curta , Tipo Colarinho: Gola Polo , Quantidade Bolsos: 1 UN, Tipo Bolso: Superior Esquerdo , Cor: Preta , Tamanho: Sob Medida , Características Adicionais: Conforme Modelo , Tipo Camisa: Polo , Aplicação: Uniforme

**Unidade de Fornecimento**  
Unidade

**Quantidade**  
1

**Consolidação dos preços cotados**

Menor Preço	Média	Mediana	Coeficiente de Variação: 27,0319% Desvio Padrão: 14,3015 Maior Preço: R\$ 120,0000
R\$ 29,9000	R\$ 52,9060	R\$ 46,0000	

Método de cálculo adotado: Mediana


Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE NOVA FATIMA - PR - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 29,9000	07/08/2025	Sim
2	I	PREFEITURA DE NOVA FATIMA - PR - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 29,9000	07/08/2025	Sim
3	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	7620	Unidade	R\$ 72,5000	07/08/2025	Sim
4	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	700	Unidade	R\$ 72,5000	07/08/2025	Sim
5	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	650	Unidade	R\$ 72,5000	07/08/2025	Sim
6	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 72,5000	07/08/2025	Sim
7	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim
8	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	873	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim
9	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	853	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim
10	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	915	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim
11	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	643	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim
12	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	545	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim
13	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	594	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim

14	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	821	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim
15	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	611	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim
16	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	861	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim
17	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	901	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim
18	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	865	Unidade	R\$ 43,0000	05/08/2025	Sim
19	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	657	Unidade	R\$ 43,0000	05/08/2025	Sim
20	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	5400	Unidade	R\$ 46,0000	05/08/2025	Sim
21	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	7855	Unidade	R\$ 46,0000	05/08/2025	Sim
22	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	7676	Unidade	R\$ 46,0000	05/08/2025	Sim
23	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	8235	Unidade	R\$ 46,0000	05/08/2025	Sim
24	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	5787	Unidade	R\$ 46,0000	05/08/2025	Sim
25	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	4910	Unidade	R\$ 46,0000	05/08/2025	Sim
26	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	5346	Unidade	R\$ 42,0000	05/08/2025	Sim
27	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	7393	Unidade	R\$ 42,0000	05/08/2025	Sim
28	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	5499	Unidade	R\$ 42,0000	05/08/2025	Sim
29	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	7754	Unidade	R\$ 43,0000	05/08/2025	Sim
30	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	8109	Unidade	R\$ 43,0000	05/08/2025	Sim
31	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	7785	Unidade	R\$ 43,0000	05/08/2025	Sim
32	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	5909	Unidade	R\$ 43,0000	05/08/2025	Sim
33	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
34	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
35	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
36	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
37	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	11	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
38	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
39	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
40	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
41	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
42	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
43	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
44	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
45	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
46	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
47	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 60,6000	04/08/2025	Sim
48	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 60,6000	04/08/2025	Sim
49	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 60,5000	04/08/2025	Sim
i 50	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 120,0000	03/08/2025	Sim

**Legenda:**

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.



 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
613463 - Cartão Identificação Material: Pvc , Comprimento: 80 MM, Largura: 120 MM, Tipo Impressão: Personalizada , Espessura: 75 MICRA, Aplicação: Confecção Crachás		Unidade	1
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	● Mediana	Coeficiente de Variação: 644,2582%
R\$ 0,5000	R\$ 217,7912	R\$ 4,8400	Desvio Padrão: 1403,1376
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 9.630,0000

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i1	I	CENTRO DE EDUC.TEC.E PROF.DA AREA DE SAUDE/RO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 8,5000	03/08/2025	Sim
2	I	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 4,1500	01/08/2025	Sim
3	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA-MA - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 13,6000	14/07/2025	Sim
4	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 6,9600	17/06/2025	Sim
5	I	ESP-UNIV EST PAULJULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 1,5000	02/06/2025	Sim
i6	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 11,9000	19/05/2025	Sim
7	I	ESP-INST. ASSIST. MED. SERV. PUB. ESTAD. - Compras.gov.br	7440	Unidade	R\$ 28,8600	15/05/2025	Sim
i8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHÃO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 55,0000	13/05/2025	Sim
9	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1100	Unidade	R\$ 4,4000	30/04/2025	Sim
10	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 1,5200	29/04/2025	Sim
11	I	MINISTÉRIO DA CIDADANIA - Compras.gov.br	1150	Unidade	R\$ 3,7500	24/04/2025	Sim
i12	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ - PA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 45,0000	21/04/2025	Sim
i13	I	Câmara Municipal de Resende - Compras.gov.br	34	Unidade	R\$ 22,0000	14/04/2025	Sim
i14	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 22,0000	03/04/2025	Sim
15	I	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 1,2000	25/03/2025	Sim
16	I	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	8000	Unidade	R\$ 5,0000	25/03/2025	Sim
17	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 0,5000	12/03/2025	Sim
18	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 7,0000	11/03/2025	Sim
19	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 2,7500	10/03/2025	Sim
20	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	800	Unidade	R\$ 2,7500	10/03/2025	Sim
21	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	480	Unidade	R\$ 40,0000	10/03/2025	Sim
i22	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 5,9000	13/02/2025	Sim
i23	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 5,9000	13/02/2025	Sim

24		PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	2346	Unidade	R\$ 3,9500	11/02/2025	Sim
25		PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	7039	Unidade	R\$ 3,9500	11/02/2025	Sim
26		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE ALAGOAS - Compras.gov.br	3440	Unidade	R\$ 3,7900	31/01/2025	Sim
27		ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	2500	Unidade	R\$ 6,0000	24/01/2025	Sim
28		ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	7500	Unidade	R\$ 3,5000	24/01/2025	Sim
29		CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - Compras.gov.br	20000	Unidade	R\$ 1,0000	17/01/2025	Sim
30		PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 4,9800	09/12/2024	Sim
31		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	1558	Unidade	R\$ 6,0000	28/11/2024	Sim
32		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	14021	Unidade	R\$ 6,0000	28/11/2024	Sim
33		DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES - Compras.gov.br	6667	Unidade	R\$ 8,5400	21/11/2024	Sim
34		ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 4,2500	18/11/2024	Sim
35		CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-AL - Compras.gov.br	20000	Unidade	R\$ 2,9500	31/10/2024	Sim
36		CONSELHO REG.DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS-CE - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 7,0000	25/10/2024	Sim
i 37		ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 9.630,0000	23/10/2024	Sim
38		FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO - Compras.gov.br	9000	Unidade	R\$ 1,1700	21/10/2024	Sim
39		FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO - Compras.gov.br	6000	Unidade	R\$ 1,1700	21/10/2024	Sim
40		FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO - Compras.gov.br	800	Unidade	R\$ 4,7000	21/10/2024	Sim
41		PREFEITURA DE RENASCENÇA - PR - Compras.gov.br	34	Unidade	R\$ 7,6000	11/09/2024	Sim
42		ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 0,9000	02/09/2024	Sim
43		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RORAIMA - Compras.gov.br	826	Unidade	R\$ 1,0530	28/08/2024	Sim
44		INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - Compras.gov.br	203	Unidade	R\$ 7,0000	19/08/2024	Sim
45		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 1,1900	16/08/2024	Sim
46		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 1,5600	14/08/2024	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 11/08/2025 11:22

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ , onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$



- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



---

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3/2025 - SECAFE (10.01.05.30)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

**(Assinado digitalmente em 13/10/2025 09:42 )**

**DEISE BAUMGRATZ**  
CHEFE DE GABINETE - TITULAR  
GR (10.01.05.02)  
Matrícula: ###489#5

**(Assinado digitalmente em 13/10/2025 18:02 )**

**SENILDE ALCANTARA GUANAES**  
SECRETARIO(A) - TITULAR  
SECAFE (10.01.05.30)  
Matrícula: ###411#7

**(Assinado digitalmente em 10/10/2025 16:59 )**

**WLADIANNE FERREIRA DA SILVA**  
ADMINISTRADOR(A)  
SECAFE (10.01.05.30)  
Matrícula: ###883#7

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: 3, ano: 2025, tipo:  
**TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: 10/10/2025 e o código de verificação: 27568cde0f

## UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA

**Estudo Técnico Preliminar 77/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 23422.002695/2025-65

**2. Descrição da necessidade**

Com o crescente ingresso de acadêmicos surdos ou com perda auditiva na Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, cresce também a demanda de atividades a serem desempenhadas por profissionais Tradutores Intérpretes de Libras –TILS, oferecendo assim um ambiente linguístico mais favorável a participação e vivência dos acadêmicos dentro e fora da sala de aula.

A pessoa surda, usuária da Libras, depende integralmente da atuação do/a tradutor/a intérprete para a participação nas atividades que pressupõe interação com pessoas não surdas e tem o atendimento a esta necessidade previsto na Lei 10.436/2002:

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

O Decreto 5.296/2004 estabelece, ainda, prioridade no atendimento à pessoa com deficiência, especificando a obrigatoriedade da cessão do intérprete. Vejamos:

Art. 6º O atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas de que trata o art. 5º.

§ 1º O tratamento diferenciado inclui, dentre outros:

(...)

III - serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;

A demanda de surdos tem sido ampliada pela observância da Lei de cotas Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, alterada pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência (PcD) nos cursos técnicos de nível médio e superior das Instituições Federais de Ensino.

Atualmente, na UNILA, o quadro de intérpretes da instituição, com apenas 02 profissionais, não possibilita o pleno atendimento da Lei Nº 14.704/2023, a qual define, no parágrafo único do artigo 8, que esses profissionais devem trabalhar em regime de revezamento, quando a tradução for superior a uma hora de duração.

Considerando também a expectativa de demanda e o respeito ao Decreto 1.590/1995, que regulamenta a carga horária de trabalho do servidor e estabelece intervalo mínimo e máximo em seu art. 5º, a licitação se configura como possibilidade única para cumprimento das normas acima citadas.

Além disso, os servidores do quadro atual que exercem a função de TILS atuam em diversas frentes no atendimento direto aos estudantes surdos e seus direitos linguísticos, cumprindo carga horária também com interpretação de vídeos institucionais, interpretação em ações de pesquisa e extensão, eventos online e presenciais, interpretação em trâmites administrativos e tradução de materiais.

Desta forma, a presente contratação se justifica considerando que a demanda atual é de 2 profissionais fixos de 20h no período manhã e noite, assim como, profissionais a serem contratados por hora, quando ocorrer a necessidade institucional para que os estudantes surdos não fiquem desassistidos em suas atividades acadêmicas. Além do atendimento aos estudantes surdos, são os intérpretes que fazem a cobertura das reuniões do Conselho Universitário, gravam os vídeos institucionais junto a SECOM, assim como realizam a tradução para LIBRAS de todos os editais de ingresso da Unila, participam de reuniões, cerimônias e eventos oficiais de nossa instituição.

Para os próximos semestres, não é possível prever a demanda, uma vez que esta depende diretamente do número de alunos surdos matriculados. Diante dessa imprevisibilidade, optou-se pela utilização do sistema de Registro de Preços.

A necessidade desta contratação de serviço profissional de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais, com profissional que apresente domínio fluente da língua portuguesa e da Libras, tanto na forma escrita quanto na forma falada, tendo por responsabilidade:

- a) realizar a tradução e interpretação de materiais escritos (textos, slides, artigos, etc.) e falados (aulas, palestras, debates) entre a língua portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e vice-versa;
- b) Facilitar e promover a comunicação eficaz e acessível para alunos surdos e/ou com deficiência auditiva, garantindo que todos possam participar plenamente das atividades acadêmicas, seja no espaço da instituição ou em outros locais em que executa atividades acadêmicas;
- c) Adaptação do conteúdo para o público surdo, considerando a cultura surda, nuances linguísticas e contextos específicos da educação superior;
- d) Fornecer apoio técnico e pedagógico aos docentes e alunos, auxiliando na elaboração e adaptação de materiais didáticos, bem como na comunicação em diferentes ambientes acadêmicos.

Assim, considerando o cenário atual apresentado e a necessidade de manter a qualidade do ensino oferecido pela UNILA a todos os acadêmicos, o presente documento apresenta uma proposta para a contratação de empresa para prestação de serviços de Tradutor e Intérprete de Libras, prevenindo, minimizando ou até mesmo eliminando problemas ocasionados pela falta de tais profissionais.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DAIPCD	WLADIANNE FERREIRA DA SILVA, SIAPE 1188387, ocupante do cargo de Administrador, lotada na SECAFE. II. DEISE BAUMGRATZ, SIAPE 2148975, ocupante do cargo de Assistente em Administração, lotada no GR; III. SENILDE ALCANTARA GUANAES, SIAPE 1841117, ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, lotada na AR1; IV. KARLA GHELLERE RODRIGUEZ, SIAPE 2128503, ocupante do cargo de Assistente em Administração, lotada no DECON.

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Trata-se de contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra, de Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, visando atender às necessidades da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, pelo prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado conforme a duração dos cursos e necessidade da instituição, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

#### 4.1 Classificação do Objeto

Trata-se de serviço comum de caráter continuado, com regime de dedicação exclusiva, via fornecimento de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

#### 4.2 Prazo de vigência da Contratação

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, nos mesmos quantitativos inicialmente registrados.

O prazo de vigência da contratação será de 1 (um) ano contado da celebração, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que seja de interesse das partes e que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, conforme artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, pois este serviço é enquadrado como contínuo.

#### 4.3 Mão de Obra Empregada

Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e nas Convenções Coletivas de Trabalho, respectivamente.

A contratada deverá fornecer mão de obra especializada para a execução das atividades de Tradutor e Intérprete de LIBRAS.

O enquadramento da categoria profissional que será empregadas no serviço, dentro das Convenções Trabalhistas cabíveis, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é a seguinte:

**Tradutor e Intérprete de LIBRAS: CBO: 2614-25;**

**Requisito:** Curso superior em Letras Libras bacharelado ou Curso superior em Letras Libras licenciatura e proficiência em tradução /interpretação em Libras ou Curso superior em qualquer área e proficiência em tradução /interpretação em Libras, por meio de:

- (1) Curso Técnico de Tradutor e Intérprete de Libras com carga horária mínima de 1.200 h, certificado por Instituição Oficial de Educação; ou,
- (2) Curso de Formação Continuada de Tradução e Interpretação em Libras com carga horária mínima de 240h; ou,
- (3) Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação - PROLIBRAS, CAS ou FENEIS

Os colaboradores deverão ter suas funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho - CTPS, no prazo da lei, de acordo com a qualificação mínima exigida.

É dever da CONTRATADA efetuar todos os pagamentos devidos aos colaboradores, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, com relação ao contingente alocado, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, promoções, resolvimento de benefícios devidos ao sindicato da categoria, etc.

## 5. Levantamento de Mercado

Em busca de uma solução para o problema atual do número limitado de profissionais na área de Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS necessários ao atendimento das demandas da UNILA, verifica-se duas possibilidades, a contratação por concurso público ou a terceirização dos serviços.

Considerando a impossibilidade de realização de concurso para o cargo, uma vez que o Decreto nº 10.185/2019 **proibiu a realização de novos concursos** para o cargo de **Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais**, verifica-se que a terceirização dos serviços torna-se a única opção viável para atendimento da demanda.

Por tratar-se de um serviço cuja demanda não pode ser previamente estimada, em razão de não ser possível prever o número de alunos surdos que se matricularão ao longo do ano letivo, o sistema de **Registro de Preços** mostra-se como a alternativa mais eficiente. Essa modalidade possibilita a contratação conforme a necessidade efetiva, garantindo flexibilidade e otimização de recursos.

Assim, a solução escolhida é a contratação, por meio de **Pregão Eletrônico na modalidade Registro de Preços, de serviços de natureza continuada, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, junto a empresa especializada capaz de disponibilizar à CONTRATANTE profissionais adequados — qualitativa e quantitativamente — para o atendimento da demanda.

## 6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo abrange a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra, de Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, através de Pregão Eletrônico, na modalidade Registro de Preços, com contrato a ser celebrado pelo prazo de 12 meses, dentro dos critérios estabelecidos para o desempenho das funções.

Trata-se de profissional abarcado pela Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, código 2614-25 - Intérprete de língua de sinais, possuem como funções: Guia-intérprete, Intérprete de libras, Intérprete educacional, Tradutor de libras, Tradutor intérprete de libras. E a descrição sumária compreende: Traduzem, na forma escrita e/ou oral, textos e imagens de qualquer natureza, de um idioma para outro, considerando as variáveis culturais, bem como os aspectos terminológicos e estilísticos, tendo em vista um público-alvo específico. Interpretam oralmente e/ou na língua de sinais, de forma simultânea ou consecutiva, de um idioma para outro, discursos, debates, textos, formas de comunicação eletrônica, respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes. Tratam das características e do desenvolvimento de uma cultura, representados por sua linguagem; fazem a crítica dos textos. Prestam assessoria a clientes.

As atribuições do cargo são as que seguem:

- a. Efetuar a comunicação entre surdos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral (português e espanhol) e vice-versa;
- b. Traduzir e interpretar, em Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvida pela Unila ou em parceria com a mesma, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares, em sala de aula e demais ambientes acadêmicos;
- c. Traduzir e interpretar materiais didáticos, artigos, livros, textos diversos, provas, exercícios, vídeos e outros, reproduzindo em Libras ou na modalidade oral da língua portuguesa ou espanhola atentando a ética profissional;
- d. Atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;
- e. Participar da produção de material técnico, didático-pedagógico ou de informática;
- f. Apoiar a acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da UNILA, atendendo ao disposto no Decreto 5626/05, na Lei 13.146, e aos demais preceitos vigentes e zelando pelo rigor técnico, pelo respeito à pessoa e à cultura da pessoa surda.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O objeto da presente contratação é a prestação de serviços especializados de Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa, a ser executada por Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) devidamente qualificados e certificados, visando garantir a acessibilidade comunicacional plena para pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva no âmbito da instituição.

O serviço contempla duas modalidades de atendimento, de forma a atender a demandas contínuas e pontuais:

SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - 20 horas (diurno)	Posto/mês	2
Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - 20 horas (noturno)	Posto/mês	2
Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - serviços por demanda	Horas	300

1. Serviços Contínuos de TILS (Dedicação Exclusiva): Contratação de 02 (dois) profissionais TILS fixos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais cada. Esta modalidade destina-se, prioritariamente, ao acompanhamento contínuo de discentes com surdez matriculados em cursos noturnos e diurnos, assegurando sua participação efetiva em aulas, seminários, orientações acadêmicas e demais atividades pedagógicas que exijam interpretação fluida e ininterrupta.

2. Serviços de TILS por Demanda (Eventual): Contratação de profissionais TILS por hora de serviço para atender a necessidades institucionais esporádicas e pontuais. Abrange a interpretação em eventos específicos (palestras, congressos, seminários), reuniões administrativas e acadêmicas (colegiados, atendimentos individuais), processos seletivos, matrículas e quaisquer outras situações que requeiram a presença de TILS de forma não contínua.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 881.289,09

Para estimar os custos com os postos de serviços com dedicação exclusiva foi elaborada a planilha de custos e formação de preços, levando em conta o salário dos profissionais dispostos na Convenção Coletiva de Trabalho, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE sob o número PR000753/2025 de 27/03/2025, do SIEMACO.

O custo médio de cada item para a composição dos valores com os uniformes foi realizado com base na Instrução Normativa SEGES /ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, que disciplina a orçamentação nos processos licitatórios, prevendo variadas possibilidades de

levantamento de mercado. Para o presente objeto utilizou-se o inciso I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente e inciso III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.

Grupo	Item	Tipo de Serviço	Qtde de Postos	Valor posto	Valor Mensal do serviço	Valor total (12 meses)
1	1	Tradutor / Intérprete de Libras - 20 horas (diurno)	4	R\$ 8.503,45	R\$ 17.006,89	R\$ 204.082,70
	2	Tradutor / Intérprete de Libras - 20 horas (noturno)	4	R\$ 9.252,81	R\$ 18.505,61	R\$ 222.067,34
	TOTAL DE MÃO DE OBRA				R\$ 35.512,50	R\$ 426.150,04
	Item	Tipo de Serviço		Valor Unitário	Qtde anual	Valor total (12 meses)
	3	Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - serviços por demanda		R\$ 96,63	300	R\$ 28.989,02
	VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO					R\$ 455.139,06

Valor: **R\$ 455.139,06 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, cento e trinta e nove reais e seis centavos)**. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

A planilha de custos e formação de preços está assim dividida:

8.1 Composição da remuneração

O salário normativo mensal, para efeito da confecção das Planilhas de Custos e Formação de Preços do objeto do Contrato, foi fixado com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, do SIEMACO Foz do Iguaçu, vigente para a categoria, observando-se os salários das jornadas de trabalho correspondentes a carga horária a ser executada e demais vantagens.

O salário-base está estipulado conforme Cláusula 3ª da CCT.

O cálculo do adicional noturno considera que as aulas terminam às 23h, ou seja, há 1 hora por dia trabalhada no período noturno. Esse adicional representa 20% a mais sobre o valor da hora normal e é aplicado durante uma média de 22 dias úteis por mês. Como a hora noturna é reduzida (cada hora equivale a 52 minutos e 30 segundos), utiliza-se um fator de correção de aproximadamente 1,14 para ajustar o valor. Além disso, é calculado o reflexo do descanso semanal remunerado, levando em conta esse adicional e o fator de correção. Para isso, soma-se os dois valores, divide-se pela média mensal de 25 dias úteis e sábados, e depois multiplica-se pela média de 5 domingos e feriados por mês.

8.2 Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

O valor de 13º salário, toma-se por base o somatório das verbas de natureza salarial e por tratar-se de planilha mensal, contabiliza-se 1 /12 (um doze avos) do valor anual do 13º, equivalente a 8,33% deste.

O valor de férias e adicional de férias toma-se por base o somatório das verbas de natureza salarial, incorrendo 12,10% (doze vírgula dez por cento), conforme previsto nos valores a serem provisionados na conta-depósito vinculada. A incidência de férias no submódulo 4.1 não será computada.

### 8.3 Encargos Previdenciários e FGTS

Para o cálculo dos encargos previdenciários e FGTS, toma-se por base o total das verbas de natureza salarial + benefícios anuais vigentes, conforme previsão legal.

Os encargos previdenciários e FGTS estão previstos no art. 195 da Constituição Federal. Os percentuais informados na planilha não são taxativos, mas estimativos. Portanto, ao preencher a planilha, o proponente deverá observar o enquadramento real de sua empresa, em especial no que diz respeito ao SAT-GIIL/RAT, para o qual deverá indicar o percentual correspondente ao grau de risco da atividade preponderante, comprovando-o por demonstrativos oficiais, como CAD-PREV, FAPweb, GFIP, Sefip, etc.

Os incs. I e II do art. 22 da Lei nº 8.212/1991 estabelecem que a contribuição previdenciária da empresa é de 20% (vinte por cento) sobre o total das verbas de natureza salarial (remuneratórias), excluindo as verbas indenizatórias e compensatórias.

### 8.4 Benefícios Mensais e Diários

Os custos de vale transporte foram calculados com base no número de dias de utilização do transporte público, tarifas de transporte e o desconto máximo em relação ao salário-base, de 6%.

O custo do vale transporte no município de Foz do Iguaçu, conforme Decreto nº 32.494, de 26 de abril de 2024, estabelece o valor de R\$ 5,00 (cinco reais) para passagem comum via cartão ou via dinheiro. O custo total é calculado considerando a quantidade de dias de trabalho no mês, o número de passagens por dia e o valor da passagem, e descontando a alíquota de 6% sobre o valor da proporcional da remuneração.

O custo do vale alimentação está indicado na cláusula 11ª CCT da categoria, no valor de R\$ 805,00 mensais e é assegurado à empresa descontar o equivalente a 20% do seu custo efetivo, na forma da legislação do PAT. Além disso, é previsto, no parágrafo 4º da cláusula 13ª da CCT, o pagamento do vale alimentação nas férias ao empregado. Sendo assim, o cálculo do benefício mensal é o valor total do vale alimentação, com o desconto do PAT (R\$ 644,00 / 12 meses). Importante: na concessão das férias, a Administração fará a conferência dos valores repassados ao empregado e poderá realizar a glosa para ajustes dos valores.

O benefício assistência médica está previsto na Cláusula 14ª da CCT, cabendo à empresa o pagamento no valor de R\$ 87,50.

O benefício social familiar está previsto na Cláusula 15ª da CCT, cabendo à empresa o pagamento no valor de R\$ 28,00.

O fundo de formação profissional está previsto na Cláusula 23ª da CCT, cabendo à empresa o pagamento no valor de R\$ 28,00.

### 8.5 Provisão para Rescisão

Este módulo destina-se a calcular o custo de possível desligamento de um empregado vinculado ao contrato de prestação de serviços, conforme metodologia Seges, usando a probabilidade de ocorrência, por tipo de desligamentos, como fator de ponderação do custo total. Estes custos deverão ser apreciados atentamente nos casos de prorrogação contratual para verificar a necessidade de sua renovação ou não. Deverão, ainda, ser observados os ditames da Lei nº 12.506/2011 e seus impactos no custo quando das prorrogações contratuais.

Os percentuais de ocorrência foram definidos a partir da análise de contratações anteriores, comparada a dados extraídos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), por tipo de desligamento, para a unidade da federação e categoria de serviço.

Aviso Prévio Indenizado: o custo aqui estimado (item “A” do Módulo 3) refere-se à remuneração correspondente a essa indenização, pois, para não haver descontinuidade na prestação dos serviços, a empresa deverá substituir, imediatamente, os empregados dispensados do cumprimento do aviso prévio. A fórmula é a seguinte:  $\%API = (1/12) \times 0,05 \times 100 = 0,42\%$  - Onde 1 = mês completo de trabalho; 12 = qtd. de meses de duração do contrato e 0,05 = porcentagem de funcionários que são demitidos com API.

A incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado: a incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado (item “B” do Módulo 3) pode ser extraída da interpretação do art. 15, da Lei nº 8.036/90, que determina a contribuição mensal, a cargo do empregador, para o FGTS, correspondente a 8% da remuneração paga ou devida, no mês anterior, ao trabalhador. Na planilha, faz-se o cálculo do custo mensal da incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado da seguinte maneira:  $\%FGTS \text{ sobre API} = API (0,42\%) \times 8\% = 0,03\%$ ; onde 8% é o percentual de FGTS que incide sobre 0,42% o percentual mensal a ser pago de API.

Multa do FGTS do aviso prévio indenizado: todo empregado dispensado, sem justa causa, tem direito de receber, na forma de indenização, valor correspondente a 40% sobre o saldo dos depósitos efetuados em sua conta vinculada ao FGTS (art. 18 da Lei 8.036/90) (item “C” do Módulo 3). Trata-se de multa paga pela empresa mediante depósito no FGTS. Para fins deste modelo, considera-se que cerca de 10% dos empregados pedem demissão, e, portanto, o custo da multa sobre o saldo do FGTS recai sobre os 90% remanescentes. Desta maneira, o custo estimado no modelo é:  $\% \text{ Multa sobre FGTS} = [1 + 2/12 + (1/3 \times 1/12)] \times 8\% \times 40\% \times 90\% = 3,44\%$ , onde:

1= Remuneração mensal;

2/12 = Estimativa de 13º e férias sobre a remuneração

(1/3×1/12)= Estimativa de 1/3 de férias



8% = Alíquota do FGTS

40% = Alíquota da Multa sobre o saldo do FGTS

90% = dos funcionários remanescentes

Aviso prévio trabalhado - APT: ao término do contrato administrativo, todos aqueles empregados poderão ser demitidos, por impossibilidade de aproveitamento pela empresa. Deverá, portanto, conceder o aviso prévio a todos eles, garantindo-se, porém, a prestação dos serviços (item “D” do Módulo 3).

Considerando, hipoteticamente, que todos os empregados deverão ser demitidos ao término da execução, faz-se o cálculo do indicador do custo mensal da seguinte maneira durante os primeiros 12 meses de vigência do contrato:  $\% \text{ APT} = (7/30) \div 12 = 1,94\%$ ; sendo:

$(7/30)$  = proporção de dias de aviso prévio a que o empregado tem direito de se ausentar durante o mês

12 = número de meses no ano.

A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo desta parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011.

Incidência do submódulo 2.2 sobre o APT: por força do art. 15, c/c o art. 18 da Lei 8.036/90, e do art. 214, do Regulamento da Previdência Social, há incidência do FGTS e de encargos previdenciários – previstos no Submódulo 2.2 – sobre o aviso prévio trabalhado. Faz-se o cálculo multiplicando-se o percentual de encargos pelo valor do aviso prévio trabalhado, da seguinte maneira:  $\% \text{ Encargos sobre APT} = \% \text{ do Submódulo 2.2} \times \% \text{ Aviso Prévio Trabalhado}$ . No caso de o contrato ter vigência de 12 meses, os cálculos do modelo serão:  $\% \text{ Encargos sobre APT} = 36,80\% \times 1,94\% = 0,72\%$ .

Multa do FGTS sobre o APT: a base de cálculo e o índice balizador da Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado:  $\% \text{ Multa e CS sobre FGTS} = \text{APT} \times 8\% \times 40\%$ . Onde:

$\% \text{ Multa e CS sobre FGTS}$  = Índice que demonstra o custo estimado com a Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado;

1= Remuneração mensal APT = Aviso Prévio Trabalhado disposto no item “D” do Módulo 3

8% = Alíquota do FGTS

40% = Alíquota da Multa sobre o saldo do FGTS

Cumprasseverar que não estamos considerando os funcionários que pedem demissão e portanto não fazem jus a essas verbas.

## 8.6 Provisão de Reposição do Profissional Ausente

O Custo de reposição do profissional ausente refere-se ao custo necessário para substituir, no posto de trabalho, o profissional residente quando estiver afastado no caso de uma das ausências legais previstas no art 473 da CLT, baseada na metodologia Seges.

Considerando que o valor pago ao substituto durante as férias do empregado residente já consta na remuneração (módulo 1) e que o valor pago ao empregado para fazer frente ao custo das suas férias acrescidas do terço constitucional já foram apuradas na Letra B do submódulo 2.1, não há custo a ser aportado para as férias, apenas para as demais ausências legais.

Probabilidade de ocorrência anual de ausência do profissional residente, por tipo de afastamento, baseada na avaliação de contratos anteriores, comparada a dados estatísticos obtidos junto ao Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho e à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE).

Pode ser editada pela proponente, desde que não sejam alteradas as fórmulas de cálculo. Duração computada em dias, conforme previsão legal. Memória de Cálculo: probabilidade de ocorrência x duração legal do afastamento x proporção de dias afetados = necessidade de reposição do profissional ausente, em dias, para cada evento.

Na metodologia Seges computa-se o custo total, ao mês, de um empregado e, a partir disso, o custo diário de reposição desse profissional quando ausente. O custo total mensal de um empregado é composto pelo somatório de sua remuneração básica mensal, encargos, benefícios mensais e diários, e 1/12 dos benefícios anuais (13º salário, férias e terço constitucional), bem como 1/12 da estimativa do custo anual com verbas rescisórias. Ou seja, o somatório do resultado dos módulos 1, 2 e 3. O valor estimado do custo diário do profissional que substituirá o empregado ausente, deve ser dividido pelo número regular de dias em um mês comercial/civil, ou seja, 30 dias. Memória de Cálculo: base total mensal do profissional ausente/30 = custo diário do profissional repositor.

O valor estimado anual será composto do custo diário x a necessidade de reposição. O total deve corresponder a 1/12 (um doze avos) do custo anual.

## 8.7 Insumos Diversos

Estima o custo mensal com o fornecimento dos materiais, equipamentos, uniformes e EPI's exigidos para a execução do serviço, com base no valor unitário de cada item (estimado a partir de pesquisa de preços realizada em consonância com Instrução Normativa SEGES /ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, multiplicado pelo quantitativo total anual exigido, observadas as respectivas unidades e frequência de fornecimento.

Os valores dos itens podem ser alterados pela licitante.

Uniformes e EPI's, foram calculados com base nas quantidades estabelecidas para cada funcionário.

## 8.8 Custos Indiretos, Tributos e Lucro

Os percentuais informados foram estimados pela administração com base nas orientações contidas no documento Planilha de Custos e Formação de Preços disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/midia/elaborao-da-planilha-de-custos-e-formao-de-preos.pdf>. Os percentuais podem ser alterados pelo proponente (desde que não haja alteração nas fórmulas de cálculo programadas nas demais células da planilha), a depender do regime de tributação em que se enquadra (o que deverá ser comprovado junto aos documentos de habilitação), sendo que: a) Para os tributos federais, utilizou-se as alíquotas vigentes na hipótese de opção pelo Lucro Presumido. Em atenção ao Acórdão TCU nº 950/2007-Plenário, não devem ser cotados IRPJ e CSLL. b) Não se identificou a incidência de tributos estaduais sobre o serviço contratado, caso existentes, pede-se ao proponente cotá-los e especificá-los na planilha, apresentando comprovação das alíquotas cotadas. c) A alíquota do ISSQN informada está de acordo com o disposto no art. 353, inc. III, da Lei Complementar nº 392/2022, publicado pela Prefeitura de Foz do Iguaçu/PR, município sede deste órgão e local de prestação dos serviços.

A base de cálculo é composta de: a) para estimativa dos Custos Indiretos: somatórios dos resultados dos módulos anteriores, de provisionamento mensal para custeio da remuneração (módulo 1), dos encargos e benefícios anuais, mensais e diários (módulo 2), das verbas rescisórias (módulos 3), do custo com reposição de profissional ausente (módulo 4) e do custo com fornecimento de materiais (módulo 5); b) para estimativa do Lucro: base de cálculo de custos indiretos (somatórios dos resultados dos módulos anteriores) + custos indiretos; e c) para estimativa de Tributos: base de cálculo de custos indiretos (somatórios dos resultados dos módulos anteriores) + custos indiretos + lucro estimado.

Memória de Cálculo para Custos Indiretos: base de cálculo x percentual estimado; Lucro: base de cálculo x percentual estimado; Tributos: (base de cálculo x alíquota do tributo)/(1-percentual total estimado em tributos).

## 8.9 Valores dos serviços sob demanda

Os serviços sob demanda consistem na prestação de serviços de Tradutor / Intérprete de Libras em eventos, ou serviços por demanda. Para o cálculo da hora, foi dividido o valor do posto diurno por 22 dias dividido por 4 horas.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme Lei nº 14.133/2021, Art. 40 e Art. 47, o planejamento de compras deverá considerar, entre outras coisas, o parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

A licitação será realizada por único grupo, por serem da mesma natureza e guardarem relação entre si e considerando que os potenciais interessados em fornecer os itens agrupados são os mesmos, indo ao encontro do que preceitua o TCU nos acórdãos 5.260/2011-TCU -1ª Câmara e 1620/2010-TCU – Plenário, respectivamente.

O agrupamento também permite o aumento da eficiência administrativa por meio da otimização do gerenciamento do contrato, pois, neste caso, não seria conveniente e oportuno a prestação desses serviços por diversos contratados, considerando que lidar com um único ou poucos prestadores diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação (Acórdão 861/2013-TCU Plenário).

Além disso, o agrupamento proporciona maior atratividade do certame aos fornecedores por conta da possibilidade de maior ganho e, em consequência, aumento dos participantes gerando maior competitividade.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não verifica-se contratações correlatas ou interdependentes para viabilidade e contratação desta demanda.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A contratação será inserida no Plano de Contratações Anuais (PCA), DFD 45/2024 e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A contratação desses profissionais é essencial para que os estudantes surdos consigam acessar e adquirir o conhecimento em sala de aula e demais espaços da universidade, garantindo, assim, a acessibilidade e a inclusão no ensino superior, conforme determina a Lei Brasileira de Inclusão. Sendo assim, contar com esses profissionais garante que os alunos tenham acesso pleno ao ambiente acadêmico. Para além disso, é necessário que a atuação dos intérpretes de LIBRAS da Unila esteja em conformidade com a legislação, situação que não está ocorrendo, atualmente.

## **13. Providências a serem Adotadas**

Abertura de processo com a solicitação de contratação dos serviços supracitados com a capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contratação;

Definição de planos de trabalho com vista à boa execução contratual;

Acompanhamento das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

A estrutura da organização está preparada para receber o prestador de serviços contratado. Os processos de trabalho já estão delineados e há infraestrutura tecnológica e física para sua realização.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

A contratação não prevê impactos ambientais. Contudo, a sustentabilidade prevê o princípio social, neste sentido a contratação é muito importante para assegurar os direitos das pessoas com deficiência, valorizar a diversidade no espaço acadêmico e promover uma cultura de equidade.

Deverão ser observadas, ainda, no que couber, pela Contratada, as exigências de caráter de SUSTENTABILIDADE constantes na AMBIENTAL IN 01/2010, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU/AGU 4ª edição, e demais normas específicas atualizada.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável a presente contratação, com base nas análises realizadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar. A aquisição do serviço de intérprete apresenta-se como a solução mais adequada para atender à necessidade institucional dos estudantes da UNILA dos cursos de graduação e pós-graduação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**WLADIANNE FERREIRA DA SILVA**

Administradora



*Assinou eletronicamente em 10/10/2025 às 16:22:52.*

**DEISE BAUMGRATZ**

Assistente em Administração

**SENILDE ALCANTARA GUANAES**

Professor do Magistério Superior

**KARLA GHELLERE RODRIGUEZ**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 08/10/2025 às 21:12:56.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - DFD158658\_000045\_2024.pdf (62.46 KB)
- Anexo II - cotação-resumido-82-2025.pdf (83.14 KB)

Documento de Formalização da Demanda 45/2024

Número do Documento de Formalização da Demanda: 45/2024

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação 30/04/2025 20:00 UASG 158658 Editado por GUSTAVO AUGUSTO GONCALVES
Reitoria	
Descrição sucinta do objeto	
Contratação de profissionais de Tradução e Interpretação de LIBRAS	
Justificativa da prioridade	
A empresa não permaneceu com o contrato anterior, sendo necessária a efetivação de um novo processo, para atendimento das demandas estudantis e institucionais para a tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.	

2. Justificativa de Necessidade

Considerando o número de servidores efetivos ocupantes do cargo de Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais, que não há concurso válido para o cargo na UNILA, e a possibilidade de ampliação da demanda devido ao ingresso de novos estudantes surdos na UNILA pelos próximos processos de ingressantes, faz-se necessária a contratação da prestação de serviços para que os estudantes surdos não fiquem desassistidos em suas atividades acadêmicas. Além do atendimento aos estudantes surdos, são os intérpretes que fazem a cobertura das reuniões do Conselho Universitário, gravam os vídeos institucionais junto a SECOM, assim como realizam a tradução para LIBRAS de todos os editais de ingresso da Unila, participam de reuniões, cerimônias e eventos oficiais de nossa instituição. Atualmente, o quadro de intérpretes da instituição não possibilita o pleno atendimento da Lei Nº 14.704/2023, a qual define, no parágrafo único do artigo 8, que esses profissionais devem trabalhar em regime de revezamento, quando a tradução for superior a uma hora de duração.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	SERVIÇOS DE AGÊNCIAS DE EMPREGOS E FORNECIMENTO DE PESSOAL		1,00	342.786,96	342.786,96

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ISABELLE MAYSA DUTRA SILVA  
Técnica em Assuntos Educacionais

5. Acompanhamento

Id Acompanhamento		Responsável	Data
1	retificado descrição da contratação	GUSTAVO AUGUSTO GONCALVES	29/04/2024 10:09

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

# Relatório de pesquisa de preço

## Relatório Resumido

### Informações básicas

<b>Número da Pesquisa</b>	<b>UASG</b>	<b>Status</b>	<b>Editado por</b>
82/2025	158658	Rascunho	KARLA GHELLERE

**Título:** Uniformes

**Observações:**

<b>Total de itens cotados:</b> 2	<b>Valor total da pesquisa de preços:</b> R\$ 50,8400
----------------------------------	---

### Itens cotados

Item: 1

**Descrição do item**  
614860 - Camisa Uniforme Material: Malha Piquet 50% Algodão E 50% Poliéster , Tipo Manga: Curta , Tipo Colarinho: Gola Polo , Quantidade Bolsos: 1 UN, Tipo Bolso: Superior Esquerdo , Cor: Preta , Tamanho: Sob Medida , Características Adicionais: Conforme Modelo , Tipo Camisa: Polo , Aplicação: Uniforme

**Unidade de Fornecimento**  
Unidade

**Quantidade**  
1

**Consolidação dos preços cotados**

Menor Preço	Média	Mediana	Coeficiente de Variação: 27,0319% Desvio Padrão: 14,3015 Maior Preço: R\$ 120,0000
R\$ 29,9000	R\$ 52,9060	R\$ 46,0000	

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses


Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE NOVA FATIMA - PR - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 29,9000	07/08/2025	Sim
2	I	PREFEITURA DE NOVA FATIMA - PR - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 29,9000	07/08/2025	Sim
3	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	7620	Unidade	R\$ 72,5000	07/08/2025	Sim
4	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	700	Unidade	R\$ 72,5000	07/08/2025	Sim
5	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	650	Unidade	R\$ 72,5000	07/08/2025	Sim
6	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 72,5000	07/08/2025	Sim
7	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim
8	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	873	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim
9	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	853	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim
10	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	915	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim
11	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	643	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim
12	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	545	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim
13	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	594	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim



14	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	821	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim
15	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	611	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim
16	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	861	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim
17	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	901	Unidade	R\$ 44,0000	05/08/2025	Sim
18	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	865	Unidade	R\$ 43,0000	05/08/2025	Sim
19	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	657	Unidade	R\$ 43,0000	05/08/2025	Sim
20	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	5400	Unidade	R\$ 46,0000	05/08/2025	Sim
21	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	7855	Unidade	R\$ 46,0000	05/08/2025	Sim
22	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	7676	Unidade	R\$ 46,0000	05/08/2025	Sim
23	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	8235	Unidade	R\$ 46,0000	05/08/2025	Sim
24	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	5787	Unidade	R\$ 46,0000	05/08/2025	Sim
25	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	4910	Unidade	R\$ 46,0000	05/08/2025	Sim
26	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	5346	Unidade	R\$ 42,0000	05/08/2025	Sim
27	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	7393	Unidade	R\$ 42,0000	05/08/2025	Sim
28	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	5499	Unidade	R\$ 42,0000	05/08/2025	Sim
29	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	7754	Unidade	R\$ 43,0000	05/08/2025	Sim
30	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	8109	Unidade	R\$ 43,0000	05/08/2025	Sim
31	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	7785	Unidade	R\$ 43,0000	05/08/2025	Sim
32	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	5909	Unidade	R\$ 43,0000	05/08/2025	Sim
33	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
34	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
35	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
36	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
37	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	11	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
38	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
39	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
40	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
41	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
42	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
43	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
44	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
45	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
46	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 60,7000	04/08/2025	Sim
47	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 60,6000	04/08/2025	Sim
48	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 60,6000	04/08/2025	Sim
49	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 60,5000	04/08/2025	Sim
i 50	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 120,0000	03/08/2025	Sim

**Legenda:**

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
613463 - Cartão Identificação Material: Pvc , Comprimento: 80 MM, Largura: 120 MM, Tipo Impressão: Personalizada , Espessura: 75 MICRA, Aplicação: Confecção Crachás		Unidade	1
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	● Mediana	Coeficiente de Variação: 644,2582%
R\$ 0,5000	R\$ 217,7912	R\$ 4,8400	Desvio Padrão: 1403,1376
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 9.630,0000

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i1	I	CENTRO DE EDUC.TEC.E PROF.DA AREA DE SAUDE/RO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 8,5000	03/08/2025	Sim
2	I	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 4,1500	01/08/2025	Sim
3	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA-MA - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 13,6000	14/07/2025	Sim
4	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 6,9600	17/06/2025	Sim
5	I	ESP-UNIV EST PAULJULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 1,5000	02/06/2025	Sim
i6	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 11,9000	19/05/2025	Sim
7	I	ESP-INST. ASSIST. MED. SERV. PUB. ESTAD. - Compras.gov.br	7440	Unidade	R\$ 28,8600	15/05/2025	Sim
i8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHÃO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 55,0000	13/05/2025	Sim
9	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1100	Unidade	R\$ 4,4000	30/04/2025	Sim
10	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 1,5200	29/04/2025	Sim
11	I	MINISTÉRIO DA CIDADANIA - Compras.gov.br	1150	Unidade	R\$ 3,7500	24/04/2025	Sim
i12	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ - PA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 45,0000	21/04/2025	Sim
i13	I	Câmara Municipal de Resende - Compras.gov.br	34	Unidade	R\$ 22,0000	14/04/2025	Sim
i14	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 22,0000	03/04/2025	Sim
15	I	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 1,2000	25/03/2025	Sim
16	I	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	8000	Unidade	R\$ 5,0000	25/03/2025	Sim
17	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 0,5000	12/03/2025	Sim
18	I	BASE ADMINISTRATIVA/QUARTEL GEN. DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 7,0000	11/03/2025	Sim
19	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 2,7500	10/03/2025	Sim
20	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	800	Unidade	R\$ 2,7500	10/03/2025	Sim
21	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	480	Unidade	R\$ 40,0000	10/03/2025	Sim
i22	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 5,9000	13/02/2025	Sim
i23	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 5,9000	13/02/2025	Sim

24		PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	2346	Unidade	R\$ 3,9500	11/02/2025	Sim
25		PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	7039	Unidade	R\$ 3,9500	11/02/2025	Sim
26		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE ALAGOAS - Compras.gov.br	3440	Unidade	R\$ 3,7900	31/01/2025	Sim
27		ESTADO DO MARANHÃO - Compras. gov.br	2500	Unidade	R\$ 6,0000	24/01/2025	Sim
28		ESTADO DO MARANHÃO - Compras. gov.br	7500	Unidade	R\$ 3,5000	24/01/2025	Sim
29		CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - Compras.gov.br	20000	Unidade	R\$ 1,0000	17/01/2025	Sim
30		PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 4,9800	09/12/2024	Sim
31		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	1558	Unidade	R\$ 6,0000	28/11/2024	Sim
32		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	14021	Unidade	R\$ 6,0000	28/11/2024	Sim
33		DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST.TRANSPORTES - Compras. gov.br	6667	Unidade	R\$ 8,5400	21/11/2024	Sim
34		ESTADO DO MARANHÃO - Compras. gov.br	3000	Unidade	R\$ 4,2500	18/11/2024	Sim
35		CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-AL - Compras.gov.br	20000	Unidade	R\$ 2,9500	31/10/2024	Sim
36		CONSELHO REG.DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS-CE - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 7,0000	25/10/2024	Sim
i 37		ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 9.630,0000	23/10/2024	Sim
38		FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO - Compras.gov.br	9000	Unidade	R\$ 1,1700	21/10/2024	Sim
39		FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO - Compras.gov.br	6000	Unidade	R\$ 1,1700	21/10/2024	Sim
40		FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO - Compras.gov.br	800	Unidade	R\$ 4,7000	21/10/2024	Sim
41		PREFEITURA DE RENASCENÇA - PR - Compras.gov.br	34	Unidade	R\$ 7,6000	11/09/2024	Sim
42		ESTADO DE RONDONIA - Compras. gov.br	5000	Unidade	R\$ 0,9000	02/09/2024	Sim
43		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RORAIMA - Compras.gov.br	826	Unidade	R\$ 1,0530	28/08/2024	Sim
44		INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - Compras.gov.br	203	Unidade	R\$ 7,0000	19/08/2024	Sim
45		JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 1,1900	16/08/2024	Sim
46		COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	2000	Unidade	R\$ 1,5600	14/08/2024	Sim

Legenda:

⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 11/08/2025 11:22

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ , onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



---

*ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 4/2025 - SECAFE (10.01.05.30)*

*(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)*

*(Assinado digitalmente em 10/10/2025 17:14 )*

**KARLA GHELLERE RODRIGUEZ**

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

DECON (10.01.05.20.02.02)

Matrícula: ###285#3

*(Assinado digitalmente em 10/10/2025 16:52 )*

**WLADIANNE FERREIRA DA SILVA**

ADMINISTRADOR(A)

SECAFE (10.01.05.30)

Matrícula: ###883#7

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: **4**, ano: **2025**, tipo: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**, data de emissão: **10/10/2025** e o código de verificação: **45d0139f2d**



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90025/2025**  
**MODELO – PROPOSTA DE PREÇO**

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
Item do TR	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Valor Total do Grupo				

Declaramos que garantimos o fornecimento dos bens e serviços sempre que solicitados e no prazo exigido no Termo de Referência, contados a partir do envio/recebimento da “Solicitação de Fornecimento” e/ou Nota de Empenho.

Declaramos que todas as parcelas solicitadas dos bens e serviços atenderão às exigências e especificações do Edital de Pregão Eletrônico N.º 90025/2025, assim como a toda legislação inerente ao fornecimento do(s) mesmo(s).

Declaramos que nos preços consignados em nossa proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

Declaramos que o prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, contados a partir da presente data.

Declaramos que garantimos a qualidade dos serviços e as quantidades dos bens solicitados, assim com as exigências emanadas dos órgãos competentes no que se refere ao carregamento, transporte e descarregamento dos mesmos.

Indicamos e nomeamos o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, como nosso(a) representante legal, com competência e autorização para decidir e resolver toda e qualquer solicitação, reclamação e/ou pendências inerentes e durante a execução do objeto contratado, podendo ser contatado pelo(s) telefone(s) (xx) \_\_\_\_\_

Informamos, abaixo, nossos dados para futuros compromissos, caso nossa empresa seja a vencedora deste certame licitatório.

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ nº \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

Telefone/Fax: .....  
Correio eletrônico: .....  
Banco: .....  
Agência: .....  
Conta Corrente: .....  
Correio eletrônico:.....

....., ..... de ..... de 2025.

**(assinatura)**

---

(nome e cargo do signatário)  
CPF:  
RG:  
CNPJ:  
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

**Observação: A proposta de preço deverá ser assinada em papel timbrado com  
carimbo da empresa ou por meio de assinatura digital.**



---

*PROPOSTA DE PREÇOS Nº 23/2025 - DELIC (10.01.05.20.02.01)*

*(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)*

*(Assinado digitalmente em 16/09/2025 16:22 )*

**CRISTIAN FABIO TYMUS**

CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR

DELIC (10.01.05.20.02.01)

Matrícula: ###411#6

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: 23, ano: 2025, tipo: **PROPOSTA DE PREÇOS**, data de emissão: **16/09/2025** e o código de verificação: **6c82636ab2**





Ministério da Educação  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Processo Administrativo nº 23422.00XXX/2025-XX

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº .... / ....., QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO  
LATINO-AMERICANA – UNILA E A EMPRESA .....**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)**, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 3.147, Itaipu B, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 11.806.275/0001-33, neste ato representada pela Reitora, **DIANA ARAUJO PEREIRA**, nomeada pelo Decreto publicado no DOU nº 111, de 14 de junho de 2023, seção 02, pg. 1, portadora da Matrícula Funcional nº \*\*193\*\*, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 23422.00XXX/20XX-XX e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** “O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para os itens 1 e 2 e por demanda para o item 3, nas condições estabelecidas no Termo de Referência”

**1.2.** Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Tradutor / Intérprete de Libras - 20 horas (diurno)	12637	Posto/Mês	4	R\$	R\$
2	Tradutor / Intérprete de Libras - 20 horas (noturno)	12637	Posto/Mês	4	R\$	R\$
3	Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - serviços por demanda	12637	Horas	300	R\$	R\$
VALOR TOTAL						

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação ;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do **dia xx de xxxxxx de 202X**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.2.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

**2.2.1.** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

**2.2.2.** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

**2.2.3.** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

**2.2.4.** Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

**2.2.5.** Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.

**2.2.6.** Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

**2.3.** O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**2.4.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**2.5.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**2.6.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**2.7.** Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

**5.1.** O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.



**Ministério da Educação  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

**6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

**6.1.** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS**

**7.1.** As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1.** São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

**8.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**9.1.** O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**9.3.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.5.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**9.6.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

**9.7.** Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

**9.8.** Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**9.9.** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

**9.10.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

- 9.11.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17.** Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19.** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20.** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21.** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23.** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24.** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25.** Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

- 9.27.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29.** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30.** Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31.** Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.36.** Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.37.** Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.38.** Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.39.** Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.40.** Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.41.** Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;





**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

- 9.42.** Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
- 9.43.** Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral;
- 9.44.** Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
- 9.45.** Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;
- 9.46.** Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;
- 9.47.** Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;
- 9.48.** Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;
- 9.49.** Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.
- 9.50.** Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.51.** Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.52.** Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.53.** Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.54.** Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.55.** Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 9.55.1.** Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do



**Ministério da Educação  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.55.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação. Considerando que se trata de contrato com número inferior a vinte e cinco colaboradores, a previsão do percentual para o emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica será de **12,5 %**.

9.55.3. As vagas serão destinadas às mulheres indicadas pelas unidades responsáveis pela política pública, signatárias do acordo de adesão de que trata o art. 4º do Decreto nº 11.430, de 2023, vedada a exigência, pelas empresas contratadas e pelos órgãos contratantes, de apresentação, pelas candidatas, de quaisquer outros documentos para fins de comprovação da situação de violência.

9.55.4. Sempre que houver um desligamento, o CONTRATADO deverá buscar atender ao percentual mínimo de **12,5 %** com a nova contratação.

9.55.5. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

9.55.6. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.

9.55.7. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.61.3.

9.55.8. O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

9.56. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**11.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**11.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**11.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**11.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.





**Ministério da Educação  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

**11.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**11.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**11.7.** O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**11.8.** O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**11.9.** O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**11.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**11.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**11.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**11.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**12.1.** Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**14.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**14.2.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**14.3.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

**14.4.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**14.5.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.6.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**14.7.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**14.8.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.9.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.9.3. Indenizações e multas.

**14.10.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**14.11.** O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

**14.12.** O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

**14.13.** Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

**14.14.** Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.14.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.14.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**14.15.** Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

**14.16.** O CONTRATANTE poderá ainda:

14.16.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

14.16.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

**14.17.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**14.18.** O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.2.** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**15.5.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

**16.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

**17.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

**18.1.** Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

**19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO**

**19.1.** Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Foz do Iguaçu, Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Foz do Iguaçu/PR, datado e assinado com Certificado Digital.

\_\_\_\_\_  
Representante da contratante

\_\_\_\_\_  
Representante da contratada

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
Testemunha

MINUTA



*MINUTA DE CONTRATO Nº 35/2025 - DECON (10.01.05.20.02.02)*

*(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)*

*(Assinado digitalmente em 17/10/2025 15:40 )*

**ROBINSON ALEXANDER STURMER**

CONTADOR(A)

DECON (10.01.05.20.02.02)

Matrícula: ###566#0

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: 35, ano: 2025, tipo: **MINUTA DE CONTRATO**, data de emissão: 17/10/2025 e o código de verificação: **160be7aeb4**



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

Minuta padrão da AGU para compras, disponível em:

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrancia>

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS XXX/XXXX**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90025/2025**

Processo Administrativo N.º **23422.002695/2025-65**

A Universidade Federal da Integração Latino- Americana (UNILA), com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 3.147, Itaipu B, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, CEP 85.867-000, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 11.806.275/0001-33, neste ato representado(a) pelo(a) Sr. Luis Carlos Pais Gulate, Coordenador de Compras, Contratos e Licitações, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica ~~OU [procedimento de contratação direta]~~, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90025/2025, publicada no ..... de ...../202....., processo administrativo n.º 23422.002695/2025-65, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ~~OU [Aviso da Contratação Direta]~~, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição a aquisição de materiais de consumo (vidrarias, plásticos, tubos, peças de reposição e outros insumos) para atender aos laboratórios de ensino e pesquisa da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), especificado(s) no(s) item(ns) **1 a 3** do Termo de Referência **189/2025**, anexo do edital de Licitação nº **28/2025**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]								
	X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será **UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA, UASG 158658**.

~~3.2. — {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:~~

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

3.3. Além do gerenciador, **NÃO há órgãos** e entidades públicas participantes do registro de preços.

**4. DA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

~~4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta~~



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

~~contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.~~

~~OU~~

- 4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
- 4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de





**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

registro de preços.

- 4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
- 4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

- 4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. 5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ~~OU [não poderá]~~ ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou no aviso de contratação direta, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
  - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
  - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
  - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
    - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá,



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal da Integração Latino-Americana**  
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura  
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Foz do Iguaçu, xx de xxxxx de 2025.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



## ANEXO V

### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO ENQUADRAMENTO SINDICAL

DECLARO que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, está regulamente filiada ao Sindicato \_\_\_\_\_, conforme Carta de Registro Sindical anexo, e é integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021 em caso de irregularidades. (Redação incluída pela Instrução Normativa Seges/MGI n.º 176 de 2024)

Local e Data, XX de XXXXXXXX de XXXX.

\_\_\_\_\_  
Nome (Responsável ou Representante Legal)

CPF nº: XXX.XXX.XXX-XX

RG nº: X.XXX.XXX.X

(assinatura e carimbo)

Observação: Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa

---



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1 / 2024 - PROAGI (10.01.05.20)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Foz Do Iguaçu-PR, 06 de novembro de 2024.**

Dispõe sobre as condutas e a dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de Licitar e contratar com a União, decorrentes da prática de infrações cometidas na fase licitatória e definidas no Art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM EXERCÍCIO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, nomeado pela Portaria nº 603/2024/GR de 17 de junho de 2024, tendo em vista a delegação de competências e o estabelecimento de atribuições pela Portaria nº 283/2020/GR, alterada pela Portaria 502/2022/GR e, considerando o previsto na Lei nº 9.784/1999 e na Lei nº 14.133/2021, RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o regramento para a instauração e instrução dos processos administrativos sancionatórios e para a definição da dosimetria na aplicação da penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a União, decorrente da prática de condutas previstas no Art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cometidas na fase licitatória, no âmbito dos procedimentos licitatórios realizados pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.

Art. 2º No curso das licitações realizadas no âmbito da UNILA, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para apuração de responsabilidades e a aplicação de sanções, quando restar comprovada a ocorrência da prática injustificada das condutas tipificadas no Art. 155 da lei 14.133/2021 e abaixo transcritas:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame (Art.155, inciso IV): consideram-se comportamentos que serão enquadrados neste inciso, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- a) deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- b) entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- c) fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- d) deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação ou pregoeiro, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

II - não manter a proposta (Art.155, inciso V): salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado - Constituem comportamentos que serão enquadrados neste inciso, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação:

- a) deixar de atender a convocações do agente de contratação ou pregoeiro durante o trâmite do certame, como encaminhar proposta atualizada; deixar de prestar informações adicionais quanto ao objeto licitado, ou atendê-las de forma insatisfatória;
- b) deixar de encaminhar as amostras solicitadas pelo agente de contratação ou pregoeiro ou às encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório ;

- c) abandonar o certame;
- d) solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (Art.155, inciso VI);

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação (Art.155, inciso VIII) ;

V - fraudar a licitação (Art.155, inciso IX): considera-se a conduta deste inciso como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da UNILA, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste Artigo.

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (Art.155, inciso X): considera-se a conduta deste inciso como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação.

VII - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (Art.155, inciso XI)

VIII - praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013 (Art.155, inciso XII).

Art. 3º Para fins de apuração da sanção de Impedimento prevista no inciso III do Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, cuja competência pela aplicação é do Reitor da UNILA ou a quem ele delegar competência, sua eventual aplicação deverá estar de acordo com as disposições deste Instrumento Normativo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na Lei, quando a licitante:

I - Art. 155, inciso IV: deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 01 (um) mês.

II - Art. 155, inciso V: não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses.

III - Art. 155, inciso VI: não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses.

Parágrafo único. Em relação às condutas previstas nos demais incisos do caput do Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 (incisos I a III, e VII a XII), a avaliação e o estabelecimento dos critérios de dosimetria da pena prevista no contrato/instrumento convocatório caberá aos fiscais e gestores do contrato/instrumento equivalente, e submetidos a análise da autoridade competente, aplicando-se, no que couber, o disposto neste Instrumento Normativo.

Art. 4º As penalidades previstas no Art. 3º, serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) na sua pena-base, para cada agravante, até o limite de 36 (trinta e seis) meses, em decorrência das seguintes situações:

I - quando restar comprovado que o licitante tenha sofrido registro de 3 (três) ou mais penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do fato que ensejou a abertura do processo sancionatório;

II - quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido no ato convocatório;

III - quando a licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

IV - quando firmada a convicção, no âmbito administrativo, que a licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; ou

V - quando a conduta acarretar prejuízo material grave à UNILA.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório, se aplicáveis ao caso, também serão majoradas na forma prevista neste Artigo, em especial quando da ocorrência do contido no inciso V.

Art. 5º Quando a conduta da empresa não tenha incidido em qualquer agravante do Art. 4º, as penas previstas no Art. 3º serão reduzidas pela metade, apenas uma vez, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

I - quando restar comprovada a ausência de registro de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 12 (doze) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pela UNILA.

II - quando a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável, ou de menor repercussão, do licitante;

III - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

IV - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo;

§1º No caso em que o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou contratações ocorridos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade, a sanção será reduzida para ¼ (um quarto).

§ 2º - As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório e/ou contratual, se aplicáveis ao caso, também serão minoradas na forma prevista neste Artigo.

Art. 6º Na aplicação das sanções, compete ao Reitor da UNILA, ou a quem ele delegar tal função, a avaliação e aplicação dos critérios de dosimetria das sanções previstas neste Instrumento Normativo.

Art. 7º No caso do certame conter diversos itens, as penalidades tipificadas nesta Instrução Normativa serão apuradas por item ou grupo, e serão agrupadas e somadas para fins de aplicação da sanção.

Parágrafo único: Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

Art. 8º Para a aplicação de qualquer penalidade contratual é imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

Art. 9º É dever de todo servidor da UNILA, em especial dos agentes de contratação, fiscais e gestores de contrato, comunicar ao Departamento de Contratos - DECON, acerca da ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar aos tipos infracionais previstos no Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º Além da comunicação de que trata o caput deste Artigo, também é seu dever prestar auxílio e esclarecimentos necessários à instrução do processo administrativo e ao eventual cálculo de multas pecuniárias.

§ 2º Diante da avaliação das circunstâncias do caso concreto, o servidor, agente de contratação ou pregoeiro, fiscal e gestor de contrato poderá justificar o afastamento do dever de comunicação de que trata o caput deste Artigo, quando entender que na prática de alguma conduta prevista no Art. 2º desta normativa estejam presentes as circunstâncias previstas no Art. 5º, sem prejuízo de eventual reavaliação da pertinência da instauração do processo sancionatório por parte da autoridade competente.

§3º O DECON deverá manter em sua página institucional formulário adequado e atualizado para solicitar abertura de procedimento para conduta passível de aplicação de penalidade, disponível em <https://portal.unila.edu.br/proagi/cccl/demandantes-e-area-tecnica/sancoes>.

Art. 10. A partir da comunicação de que trata o caput do Art. 9º desta instrução normativa, cumpre ao DECON realizar a instauração e instrução formal do processo administrativo sancionatório, compreendendo:

I - a apreciação do pedido e condução do processo, visando a produção de provas e esclarecimentos adicionais junto aos demandantes da sanção e ao pretense sancionado;

II - a realização das notificações formais às licitantes e/ou contratadas;

III - o controle dos prazos;

IV - o recebimento e análise das respostas, manifestação e alegações dos investigados;

V - a produção de relatório final conclusivo, ou minuta de decisão apta a ensejar a deliberação da autoridade competente para a aplicação/afastamento da sanção.

Parágrafo único. Caso a conduta que motivou a instauração do processo administrativo sancionatório possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, o processo administrativo sancionatório deverá ser conduzido por 2 (dois) servidores, devendo ser observadas as formalidades, os procedimentos e os prazos previstos no Art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 11. Após esauridos os recursos administrativos cabíveis, caberá ao DECON adotar as providências necessárias ao registro das sanções aplicadas nos cadastros informados no Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 12. Aplicam-se aos processos administrativos instaurados com base nesta Normativa, no que couber, as disposições da Lei nº 9.784, de 1999, devendo prevalecer os prazos e procedimentos específicos previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 13. Fica revogada a Instrução Normativa 02/2021/PROAGI, publicada no Boletim de Serviço 54/2021, de 02 de julho de 2021.

Parágrafo único. Permanecem regidos pela Instrução Normativa 02/2021/PROAGI, os processos administrativos sancionatórios instaurados a partir de condutas praticadas em certames e em contratações regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

(Assinado digitalmente em 06/11/2024 11:32 )

DIOGO ANDRE BASTIAN

PRO-REITOR(A)

PROAGI (10.01.05.20)

Matrícula: 1916477

**Processo Associado: 23422.002420/2020-17**

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/public/documentos/index.jsp>  
informando seu número: **1**, ano: **2024**, tipo: **INSTRUÇÃO NORMATIVA**, data de emissão:  
**06/11/2024** e o código de verificação: **c0a76b3961**



---

Emitido em 06/11/2024

**INSTRUÇÃO NORMATIVA 02/2021 PROAGI/UNILA Nº 1/2024 - CCCL (10.01.05.20.02) Serviço Público  
Federal  
(Nº do Documento: 1)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 13/11/2024 11:11 )*

**GUSTAVO AUGUSTO GONCALVES**

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

CCCL (10.01.05.20.02)

Matrícula: ###395#4

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2024**, tipo:  
**INSTRUÇÃO NORMATIVA 02/2021 PROAGI/UNILA**, data de emissão: **13/11/2024** e o código de verificação:  
**353bdc9bbf**



*NORMAS INTERNAS Nº 23/2025 - DELIC (10.01.05.20.02.01)*

*(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)*

*(Assinado digitalmente em 19/09/2025 15:57 )*

ALAN SILVA DE MORAIS  
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO  
DELIC (10.01.05.20.02.01)  
Matrícula: ###123#2

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: 23, ano: 2025,  
tipo: **NORMAS INTERNAS**, data de emissão: **19/09/2025** e o código de verificação: **0136131932**